

Frigol S.A.

Relatório de revisão do auditor independente sobre as
informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026

Ref.: Relatório nº 264RO-064-PB



Índice

| | Página |
|--|---------------|
| Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias | 3 |
| Informações contábeis intermediárias | 5 |
| Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2026 | 12 |

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Aos acionistas e administradores da
Frigol S.A.
Lençóis Paulista – SP

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6ª andar, Sala 602 - Vila do Golf -
Ribeirão Preto (SP) Brasil
T +55 16 3103-8940
www.grantthornton.com.br

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Frigol S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE - 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 11 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

Frigol S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

| | Notas | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|--------------------------------------|-------|------------------|------------------|
| Ativo circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | 415.355 | 323.626 |
| Contas a receber de clientes | 8 | 252.477 | 154.180 |
| Estoques | 11 | 193.664 | 139.202 |
| Ativos biológicos | 11.1 | 17.410 | 29.126 |
| Impostos a recuperar | 12 | 367.048 | 363.405 |
| Adiantamentos a fornecedores | 10 | 16.134 | 8.692 |
| Derivativos a receber | 34 | 1.776 | 1.916 |
| Outros créditos | 9 | 27.253 | 50.198 |
| Total do ativo circulante | | 1.291.117 | 1.070.345 |
| Ativo não circulante | | | |
| Impostos a recuperar | 12 | 71.650 | 69.335 |
| Impostos fiscais diferidos | 13 | 222.782 | 219.504 |
| Depósitos judiciais | 28 | 4.800 | 4.953 |
| Outros créditos | 9 | 20.799 | 8.290 |
| Total | | 320.031 | 302.082 |
| Imobilizado | 17 | 320.061 | 305.067 |
| Intangível | 18 | 1.151 | 1.043 |
| Direito de uso | 22 | 29.723 | 26.409 |
| Total | | 350.935 | 332.519 |
| Total do ativo não circulante | | 670.966 | 634.601 |
| Total do ativo | | 1.962.083 | 1.704.946 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Frigol S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

| | Notas | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|--|---------|------------------|------------------|
| Passivo circulante | | | |
| Fornecedores | 19 | 120.742 | 167.240 |
| Fornecedores - partes relacionadas | 15 / 19 | 919 | 8.822 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 21 | 380.913 | 298.066 |
| Arrendamentos a pagar | 22 | 9.797 | 12.403 |
| Salários e encargos sociais a pagar | 23 | 37.246 | 45.012 |
| Impostos e contribuições a recolher | 24 | 27.843 | 35.904 |
| Adiantamentos de clientes | 20 | 76.875 | 48.004 |
| Indenizações cíveis a pagar | 25 | 1.814 | 1.689 |
| Dividendos a pagar | 26 | 28.000 | 28.000 |
| Derivativos a pagar | 34 | 3.442 | - |
| Outras contas a pagar | 29 | 31.532 | 49.769 |
| Total do passivo circulante | | 719.123 | 694.909 |
| Passivo não circulante | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 21 | 611.427 | 395.538 |
| Impostos e contribuições a recolher | 24 | 7.799 | 7.798 |
| Arrendamentos a pagar | 22 | 19.926 | 14.005 |
| Provisões para riscos processuais | 27 | 51.493 | 46.330 |
| Provisão para perdas em investimentos | 16 | 132 | 82 |
| Indenizações cíveis a pagar | 25 | 2.116 | 2.603 |
| Dividendos a pagar | 26 | 36.000 | 36.000 |
| Outras contas a pagar | 29 | 594 | 764 |
| Total do passivo não circulante | | 729.487 | 503.120 |
| Total do passivo | | 1.448.610 | 1.198.029 |
| Patrimônio líquido | | | |
| | 30 | | |
| Capital social | | 126.935 | 126.935 |
| Reserva legal | | 30.100 | 30.099 |
| Reserva de reavaliação | | 7.209 | 7.274 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | 2.039 | 2.060 |
| Reservas de incentivos fiscais | | 92.605 | 92.605 |
| Outros resultados abrangentes | | (2.666) | 1.916 |
| Reserva de lucros | | 257.251 | 246.028 |
| Total do patrimônio líquido | | 513.473 | 506.917 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 1.962.083 | 1.704.946 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Frigol S.A.

Demonstrações do resultado para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Notas | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|--|-----------|-----------------|-----------------|
| Receita operacional líquida | 31 | 999.232 | 971.739 |
| Custo dos produtos vendidos | 32 | (876.888) | (876.816) |
| Lucro bruto | | 122.344 | 94.923 |
| Despesas gerais e administrativas | 32 | (28.473) | (26.342) |
| Despesas de vendas | 32 | (62.420) | (64.959) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 16 | (50) | - |
| Outras despesas | 32 | (8.361) | (2.346) |
| Outras receitas | 32 | 3.079 | 2.049 |
| Total das despesas adm., gerais, vendas e outras | | (96.225) | (91.598) |
| Resultado antes do resultado financeiro e impostos | | 26.119 | 3.325 |
| Resultado financeiro líquido | 33 | (16.213) | (22.171) |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | | 9.906 | (18.846) |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | 13 | (1.857) | - |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | 13 | 3.278 | 19.865 |
| Resultado líquido do período - antes das operações descontinuadas | | 11.327 | 1.019 |
| Resultado das operações descontinuadas | 35 | (189) | - |
| Resultado líquido do período | | 11.138 | 1.019 |
| Lucro por ação | 36 | 0,09 | 0,01 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Frigol S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|--|---------------|-----------------|
| Resultado líquido do período | 11.138 | 1.019 |
| Outros resultados abrangentes | | |
| Contrapartida de ajustes em operações de hedge | 4.582 | (14.367) |
| Resultado abrangente do exercício | 15.720 | (13.348) |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Frigol S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Capital social | Reserva legal | Reserva de lucro a realizar | Reserva de incentivos fiscais | Reserva de reavaliação | Ajuste de avaliação patrimonial | Outros resultados abrangentes | Reserva de lucros | Total |
|---|----------------|---------------|-----------------------------|-------------------------------|------------------------|---------------------------------|-------------------------------|-------------------|----------------|
| Saldos em 1o de janeiro de 2025 - reapresentado | 126.935 | 22.255 | 32.647 | 92.605 | 7.543 | 2.140 | (12.074) | 233.695 | 505.746 |
| Realização da reserva de reavaliação | - | - | - | - | (67) | - | - | 67 | - |
| Realização do custo atribuído sobre o ativo imobilizado | - | - | - | - | - | (21) | - | 21 | - |
| Contrapartida dos ajustes de operações de hedge | - | - | - | - | - | - | 14.367 | - | 14.367 |
| Resultado líquido do período | - | - | - | - | - | - | - | 1.019 | 1.019 |
| Saldos em 31 de março de 2025 | 126.935 | 22.255 | 32.647 | 92.605 | 7.476 | 2.119 | 2.293 | 234.802 | 521.132 |
| Saldos em 1o de janeiro de 2026 | 126.935 | 30.099 | - | 92.605 | 7.274 | 2.060 | 1.916 | 246.028 | 506.917 |
| Reserva legal | - | 1 | - | - | - | - | - | (1) | - |
| Realização da reserva de reavaliação | - | - | - | - | (65) | - | - | 65 | - |
| Realização do custo atribuído sobre o ativo imobilizado | - | - | - | - | - | (21) | - | 21 | - |
| Contrapartida dos ajustes de operações de hedge | - | - | - | - | - | - | (4.582) | - | (4.582) |
| Resultado líquido do período | - | - | - | - | - | - | - | 11.138 | 11.138 |
| Saldos em 31 de março de 2026 | 126.935 | 30.100 | - | 92.605 | 7.209 | 2.039 | (2.666) | 257.251 | 513.473 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Frigol S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|--|------------------|------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Resultado líquido do exercício | 11.138 | 1.019 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 50 | - |
| Depreciação e amortização | 7.093 | 6.409 |
| Ativo biológico | 4.210 | 2.866 |
| Imposto de renda e contribuição social | (1.421) | (19.865) |
| Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos | 4.664 | 3.647 |
| Provisão de participação nos resultados | (11.121) | (5.151) |
| Provisão para perdas de crédito esperadas | 1.138 | (96) |
| Realização da provisão para realização dos estoques | (1.001) | (757) |
| Valor líquido de direito de uso de ativos | (6.988) | - |
| Valor líquido das baixas do ativo imobilizado | 133 | 28 |
| Provisões para riscos processuais | 5.163 | 188 |
| Contrapartida dos ajustes de operações de hedge | (4.582) | 14.367 |
| Total | 8.476 | 2.655 |
| Diminuição (aumento) líquido nos ativos e passivos operacionais | | |
| Contas a receber de clientes | (99.435) | (33.098) |
| Estoques | (45.955) | 10.943 |
| Impostos a recuperar | (5.958) | (28.588) |
| Adiantamentos a fornecedores | (7.442) | (2.836) |
| Outras contas a receber | 10.576 | (1.143) |
| Depósitos judiciais | 153 | (203) |
| Fornecedores | (54.401) | (58.130) |
| Salários e encargos sociais a pagar | 3.355 | 2.201 |
| Impostos e contribuições a recolher | (8.060) | (506) |
| Arrendamentos a pagar | 7.766 | - |
| Outras contas a pagar | (15.278) | (26.950) |
| Adiantamentos de clientes | 28.871 | 4.880 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (1.857) | - |
| Reclassificação do direito de uso | - | 286 |
| Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais | (179.189) | (130.489) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Aquisição imobilizado/intangível, líquido | (18.703) | (5.095) |
| Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento | (18.703) | (5.095) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 569.978 | 335.548 |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos - Principal | (257.304) | (310.180) |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos - Juros | (18.602) | (15.313) |
| Partes relacionadas | - | (443) |
| Pagamento de arrendamento a pagar | (4.451) | (3.386) |
| Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento | 289.621 | 6.226 |
| Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa | 91.729 | (129.358) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 323.626 | 359.584 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 415.355 | 230.226 |
| Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa | 91.729 | (129.358) |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Frigol S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|---|------------------|------------------|
| Receitas | | |
| Venda de mercadorias e produtos | 1.046.620 | 1.017.779 |
| Receita da prestação de serviços | 31 | 30 |
| Outras receitas | 3.079 | 2.634 |
| Total | 1.049.730 | 1.020.443 |
| Insumos adquiridos de terceiros | | |
| Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços prestados | (876.888) | (876.816) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (27.519) | (37.994) |
| Outros custos | (8.311) | - |
| Total | (912.718) | (914.810) |
| Valor adicionado bruto | 137.012 | 105.633 |
| Depreciações e amortizações | (7.093) | (6.409) |
| Valor adicionado líquido produzido | 129.919 | 99.224 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | |
| Receitas financeiras | 50.354 | 39.862 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (50) | - |
| Valor adicionado total a distribuir | 180.223 | 139.086 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal e encargos | | |
| Remuneração direta | 42.286 | 39.851 |
| Benefícios | 10.154 | 6.908 |
| FGTS | 3.416 | 4.100 |
| Outros | 99 | 62 |
| Total | 55.955 | 50.921 |
| Impostos, taxas e contribuições | | |
| Federais (incluindo IOF) | 11.710 | (6.491) |
| Estaduais | 30.455 | 27.733 |
| Municipais | 114 | 120 |
| Total | 42.279 | 21.362 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | |
| Juros | 66.567 | 62.033 |
| Aluguéis | 4.284 | 3.751 |
| Total | 70.851 | 65.784 |
| Remuneração de capitais próprios | 11.138 | 1.019 |
| Dividendos | - | - |
| Lucros/prejuízos retidos | 11.138 | 1.019 |
| Valor adicionado total distribuído | 180.223 | 139.086 |

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1. Contexto operacional

1.1. Geral

A Frigol S.A. ("Frigol" ou "Companhia") foi constituída em 1o de julho de 1992, sob a denominação social de Frigol Comercial Ltda., tendo por objeto social o abate de bovinos e suínos, a industrialização, importação, exportação e comercialização atacadista de carnes e derivados.

Em 14 de agosto de 2009, os sócios aprovaram, por unanimidade, a transformação do tipo societário para sociedade anônima de capital fechado, com a consequente alteração da denominação social para Frigol S.A., bem como a consolidação do estatuto social e a eleição da Diretoria Executiva.

A Companhia é integralmente constituída por capital nacional.

Em 9 de novembro de 2020, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), foi aprovada a alteração de sua sede administrativa para a Rua Ana Neri, no 392, Vila Maria Cristina, CEP 18.681-160, Município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo.

A Companhia opera três plantas industriais no Município de Lençóis Paulista (SP), sendo uma unidade de abate de bovinos, uma unidade de abate de suínos e uma graxaria, destinadas ao abastecimento dos mercados interno e externo.

Adicionalmente, mantém duas plantas industriais no Estado do Pará, localizadas nos Municípios de Água Azul do Norte e São Félix do Xingu, destinadas ao abate de bovinos, com foco no abastecimento das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, bem como do mercado internacional.

A Companhia mantém, ainda, operações terceirizadas em centros de distribuição localizados nos Municípios de Bauru e Jandira, ambos no Estado de São Paulo.

O centro de distribuição de Bauru é destinado à armazenagem e distribuição ao mercado interno, com foco no varejo do interior do Estado de São Paulo.

O centro de distribuição de Jandira é destinado à armazenagem e distribuição ao mercado interno, com foco na Capital Paulista, litoral e interior do Estado.

A Companhia mantém, ainda, operações de abate em estabelecimentos de terceiros, mediante contratos de prestação de serviços, no Estado de Rondônia, sendo duas plantas localizadas no Município de Ji-Paraná e uma planta no Município de Rolim de Moura.

Adicionalmente, a Companhia desenvolve atividades agropecuárias nas propriedades Fazenda Maguari, Fazenda São Félix do Xingu e Fazenda Santo Expedito, voltadas às operações de cria, recria, engorda, confinamento e semiconfinamento de bovinos.

1.2. Principais eventos ocorridos no período

a) 4ª emissão de debêntures / CRA privado

Em 15 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão, formalização e operacionalização da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, estruturada em até três séries, da espécie com garantia real, acrescida de garantia fidejussória, no montante total de R\$ 250.000, objeto de colocação privada junto à OPEA Securitizadora S.A., com coordenação do Banco Bradesco S.A.

Os vencimentos foram definidos por série, sendo a 1ª e a 2ª séries com vencimento em 13 de fevereiro de 2031, e a 3ª série com vencimento em 11 de fevereiro de 2033.

A remuneração das séries foi estabelecida conforme segue:

- 1ª série: R\$ 32.239- CRA indexado ao DI, remunerado a 100% das taxas médias diárias do DI over, acrescido de spread de 2,50% a.a.;
- 2ª série: R\$ 182.442- CRA prefixado (Pré-DI), com taxa de 16,3670% a.a.;
- 3ª série: R\$ 35.319- CRA indexado ao IPCA, acrescido de juros remuneratórios de 11,4044% a.a.

A emissão recebeu classificação de risco A.br (perspectiva neutra), atribuída pela Moody's, com remuneração equivalente a CDI + 4,0% ao ano, observadas as condições contratuais aplicáveis.

Na mesma data, a agência Moody's atribuiu rating corporativo definitivo A.br (perspectiva estável) à Companhia.

Os recursos captados destinam-se, principalmente, ao reforço de capital de giro, alongamento do perfil de endividamento e suporte ao plano de expansão operacional da Companhia.

b) Abertura de novas filiais em Rondônia

Em 02 de março de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia, aprovou a abertura de duas novas filiais, no Estado de Rondônia, localizadas nos seguintes endereços:

b.1) Municípios de Ji-Paraná; e

b.2) Rolim de Moura.

As novas unidades possuem como objeto social atividades relacionadas a abate, frigorificação, desossa, industrialização, armazenagem, distribuição, importação, exportação e comercialização de produtos alimentícios e subprodutos de origem animal, além de atividades agropecuárias correlatas. A iniciativa está alinhada à estratégia de expansão geográfica, aumento de capacidade operacional e fortalecimento da presença da Companhia em regiões estratégicas para origem pecuária.

1.3. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando possui poder sobre a investida, está exposta a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de influenciar esses retornos.

Na perda de controle, os ativos e passivos da controlada, bem como a participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido, são baixados, sendo eventual ganho ou perda reconhecidos no resultado do período. Qualquer participação remanescente é mensurada a valor justo na data da perda de controle.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia detém 100% de participação na Frigol Europe S.a.r.l., sociedade constituída em Luxemburgo em 04 de agosto de 2025, cujo objeto social é a participação em sociedades no exterior.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, os investimentos em controladas e em controladas em conjunto são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial no ativo não circulante (investimentos) ou passivo não circulante (provisão para perda em investimentos).

Conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 – Demonstrações Contábeis Consolidadas, item 4(iv), a Companhia não apresenta demonstrações contábeis consolidadas, uma vez que é controlada integralmente por outra entidade que elabora e divulga demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis consolidadas da controladora final estão disponíveis para uso público e incluem todas as entidades sob seu controle, abrangendo a Companhia. Dessa forma, a Administração entende que a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas pela Companhia é dispensada, uma vez que os usuários têm acesso às informações consolidadas no nível do grupo econômico.

2. Base de elaboração

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas em conformidade com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária, bem como com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis às Informações Trimestrais (ITR).

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Diretoria Executiva declara que todas as informações relevantes próprias destas demonstrações estão adequadamente evidenciadas e correspondem às informações utilizadas na condução dos negócios da Companhia.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis adotadas nas demonstrações anuais encerradas em 31 de dezembro de 2025, aprovadas pela Administração em 03 de março de 2026. Por esse motivo, recomenda-se que estas informações sejam analisadas em conjunto com as demonstrações anuais mencionadas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira. Essa demonstração é apresentada como parte integrante das informações contábeis da Companhia, conforme requerido pela legislação aplicável.

A emissão destas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração em 11 de maio de 2026.

Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros e ativos específicos mensurados ao valor justo, quando requerido pelas normas contábeis aplicáveis.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), correspondente à moeda do principal ambiente econômico em que opera.

As presentes informações contábeis intermediárias estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das informações contábeis intermediárias requer o uso, pela Administração, de estimativas, premissas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, sendo os efeitos das revisões reconhecidos prospectivamente.

As principais áreas que demandam maior grau de julgamento ou complexidade incluem:

- mensuração de perdas esperadas com crédito;
- recuperabilidade de ativos não financeiros;
- vida útil econômica do ativo imobilizado;
- mensuração de instrumentos financeiros derivativos;
- provisões cíveis, trabalhistas e tributárias;
- realização de ativos fiscais diferidos.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todo o período apresentado nestas informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2026.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita proveniente da venda de produtos é reconhecida quando o controle dos bens é transferido ao cliente, o que geralmente ocorre na entrega dos produtos ao cliente ou ao transportador contratado, conforme os termos contratuais de venda.

A receita é mensurada com base no valor da contraprestação especificada no contrato com o cliente, líquida de:

- impostos sobre vendas;
- devoluções;
- abatimentos;
- descontos comerciais concedidos.

Nos casos de vendas para o mercado externo, a transferência de controle ocorre conforme os termos de entrega estabelecidos nos contratos internacionais (Incoterms).

Os custos relacionados às vendas são reconhecidos no resultado quando incorridos, em conformidade com o regime de competência.

b) Moeda estrangeira

i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data.

Os ganhos ou perdas cambiais em itens monetários correspondem à diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do período, ajustado por juros e pagamentos realizados durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira convertido à taxa de câmbio vigente no final do período de apresentação.

Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que são mensurados ao valor justo são reconvertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças cambiais resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado do período.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico são convertidos utilizando a taxa de câmbio vigente na data da transação.

c) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- custo amortizado
- valor justo por meio do resultado (VJR)
- valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

A classificação depende do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros e das características dos fluxos de caixa contratuais.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem:

- caixa e equivalentes de caixa (Nota no 7)
- contas a receber de clientes (Nota no 8)
- outros créditos (Nota no 9)

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os passivos financeiros na data em que se torna parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são liquidadas, canceladas ou expiram.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando, e somente quando:

- existe direito legalmente executável de compensação; e
- há intenção de liquidar em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos:

- empréstimos, financiamentos e debentures (Nota no 21)
- fornecedores (terceiros e partes relacionadas) (Nota no 19 e Nota no 15)
- arrendamentos a pagar (Nota no 22)
- outras contas a pagar (Nota 29)

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros são reconhecidos e mensurados de acordo com a NBC TG 48 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e reavaliados subsequentemente ao valor justo em cada data de reporte.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como:

- contratos a termo em moeda estrangeira (NDF);
- contratos de swap;
- contratos futuros negociados na B3 (ex.: operação BGI);
- operações estruturadas do tipo zero cost.

Os derivativos são apresentados como:

- ativos financeiros, quando o valor justo do instrumento for positivo;
- passivos financeiros, quando o valor justo do instrumento for negativo.

Os ganhos ou perdas resultantes das mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidos:

- no resultado do período, quando não designados como instrumentos de hedge; ou
- em outros resultados abrangentes, quando designados como hedge accounting, sendo registrados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial – operações de hedge".

iv) Classificação dos ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

• **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

Os valores registrados em contas a receber de clientes e demais recebíveis são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, por serem mantidos com o objetivo de recebimento dos fluxos de caixa contratuais.

Os valores a receber de clientes são, em sua maioria, de curto prazo e estão apresentados deduzidos das perdas esperadas com crédito, quando aplicável, reconhecidas no resultado do período.

• **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Os ganhos ou perdas decorrentes da mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros designados como instrumentos de hedge são reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

• **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)**

As aplicações financeiras são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio do resultado, sendo atualizadas pela variação das taxas contratadas.

Essas aplicações são realizadas, em geral, em instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e vencimentos de curto prazo, e seus valores contábeis aproximam-se do valor justo.

v) Instrumentos financeiros derivativos e hedge accounting

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição a riscos de mercado, principalmente variações em taxas de câmbio, taxas de juros e preço de commodities. Tais instrumentos são designados como instrumentos de hedge quando atendem aos critérios de qualificação estabelecidos pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

No início da relação de hedge, a Companhia documenta formalmente o relacionamento entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, bem como seus objetivos e a estratégia de gerenciamento de risco. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os instrumentos de hedge são altamente eficazes na compensação das variações de valor justo ou de fluxos de caixa do item protegido.

Os hedges são classificados como:

(i) Hedge de valor justo: as variações no valor justo do instrumento de hedge são reconhecidas no resultado, assim como as variações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco objeto de hedge.

(ii) Hedge de fluxo de caixa: a parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, e reclassificada para o resultado quando os fluxos de caixa objeto de hedge afetarem o resultado. A parcela inefetiva, quando aplicável, é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a relação de hedge deixa de atender aos critérios de qualificação, é descontinuada prospectivamente. Nesses casos, os efeitos acumulados no patrimônio líquido permanecem registrados até que a transação prevista ocorra ou deixam de ser diferidos quando a transação já não é mais esperada de forma altamente provável.

Os valores registrados em outros resultados abrangentes são transferidos para o resultado do período quando a transação objeto do hedge afetar o resultado.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação.

e) Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas quando a Companhia possui direito contratual de receber valores decorrentes de vendas de produtos. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas ao custo amortizado e apresentadas líquidas da provisão para perdas esperadas com crédito (PECLD), quando aplicável. A PECLD é mensurada conforme o modelo de perdas de crédito esperadas do CPC 48, considerando histórico de inadimplência, perfil de vencimento, informações prospectivas razoáveis e suportáveis e, quando aplicável, avaliação individualizada de clientes relevantes. A provisão é registrada como conta redutora do ativo e é revertida quando há evidência de recuperação

f) Empréstimos financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo dos recursos captados, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão/contratação. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, com apropriação dos encargos financeiros no resultado.

Os encargos incluem juros contratuais, atualização monetária e, quando aplicável, variação cambial, reconhecidos no resultado financeiro de acordo com o regime de competência. Os saldos são classificados no passivo circulante quando os vencimentos ocorrerem dentro de 12 meses após a data-base; caso contrário, são classificados no passivo não circulante.

Quando aplicável, modificações contratuais relevantes são avaliadas para determinar se resultam em baixa do passivo financeiro original e reconhecimento de um novo passivo, conforme critérios do CPC 48.

g) Fornecedores e outros passivos com terceiros e partes relacionadas

Fornecedores e outros passivos operacionais (incluindo obrigações a pagar com terceiros e com partes relacionadas, quando aplicável) são reconhecidos quando há obrigação presente decorrente da aquisição de bens e serviços no curso normal das operações. Esses passivos são reconhecidos inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Na prática, por se tratar majoritariamente de obrigações de curto prazo, são usualmente registrados pelo valor da fatura/contrato, líquidos de devoluções, abatimentos e créditos aplicáveis, quando existentes.

Quando o efeito for material, a Administração avalia a necessidade de ajuste a valor presente para passivos com prazos mais longos e/ou condições de financiamento relevantes, reconhecendo o efeito financeiro ao longo do prazo do passivo pelo método da taxa efetiva de juros.

Os saldos são classificados no passivo circulante quando exigíveis dentro de 12 meses após a data-base e, caso contrário, no passivo não circulante. Saldos, transações e resultados não realizados com partes relacionadas são evidenciados em nota específica, quando aplicável

h) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos estoques inclui todos os gastos incorridos na aquisição, transformação e outros custos incorridos para trazê-los à sua localização e condição atuais.

O custo dos estoques é determinado pelo método custo médio ponderado móvel.

Os estoques compreendem principalmente:

- matérias-primas;
- produtos em elaboração;
- produtos acabados;
- materiais auxiliares e de consumo.

O valor realizável líquido corresponde ao preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e das despesas necessárias para realizar a venda.

Provisões para perdas por obsolescência, deterioração, perdas físicas e redução ao valor realizável líquido são constituídas quando identificadas evidências de que o valor contábil dos estoques excede seu valor realizável líquido.

As perdas ocorridas no curso normal da produção são incorporadas ao custo dos estoques. Perdas anormais, quando identificadas, são reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorrem.

i) Ativo biológico

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas estimadas de venda, tanto no reconhecimento inicial quanto ao final de cada período de reporte.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado com base em preços de mercado observáveis, quando disponíveis, considerando principalmente:

- preços médios de mercado da arroba do boi gordo;
- localização dos ativos biológicos;
- estágio de desenvolvimento dos animais;
- peso estimado dos animais;
- custos estimados para venda.

Quando não há mercado ativo diretamente observável, o valor justo é estimado com base em referências de mercado regionais e informações disponíveis nas principais praças pecuárias.

As variações no valor justo dos ativos biológicos são reconhecidas no resultado do período em que ocorrem, na rubrica de custo dos produtos vendidos.

Os ativos biológicos compreendem, substancialmente, rebanhos bovinos destinados ao abate, mantidos em regime de confinamento ou a pasto.

O conceito de mensuração ao valor justo baseia-se em referências de mercado (“Mark-to-Market – MtM”), considerando preços praticados em mercados ativos e cotações observáveis nas regiões onde a Companhia mantém suas operações.

j) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui custos de materiais, mão de obra direta e outros custos necessários para colocar o ativo no local e condição necessários para que possa operar da forma pretendida pela Administração.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos, quando aplicável, para ativos cuja data de início de capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou posterior, quando tais valores forem considerados relevantes, conforme previsto nas práticas contábeis aplicáveis.

Na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por adotar o custo atribuído (*deemed cost*) para determinados itens do ativo imobilizado.

Para esse fim, em 2016, a Companhia contratou peritos avaliadores independentes e especializados, que realizaram a avaliação dos bens do ativo imobilizado com o objetivo de determinar o valor justo desses ativos e confrontá-lo com os valores contábeis então registrados, possibilitando a identificação e o controle da respectiva mais-valia.

Com base nos laudos técnicos emitidos, a Administração deliberou pelo registro do custo atribuído para os ativos avaliados, cujo valor passou a ser utilizado como novo custo contábil desses bens.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a adoção inicial do custo atribuído, os ativos imobilizados passaram a ser mensurados pelo método do custo, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, não sendo adotada a prática de reavaliações periódicas, em conformidade com as práticas contábeis vigentes no Brasil.

Os efeitos da adoção do custo atribuído resultaram em aumento do ativo imobilizado, tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquidos dos efeitos fiscais aplicáveis (vide Nota Explicativa nº 17).

A adoção do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado ocasionou aumento não relevante nas despesas de depreciação em exercícios subsequentes, motivo pelo qual a Administração não identificou impactos significativos na política de distribuição de dividendos da Companhia.

Quando partes significativas de um item do imobilizado possuem vidas úteis distintas, essas são registradas como itens individuais (componentes) do ativo imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de itens do imobilizado são determinados pela comparação entre o valor líquido obtido na alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos líquidos na rubrica de outras receitas ou despesas operacionais, no resultado do período.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a Companhia e que o custo possa ser mensurado de forma confiável.

O custo de reposição de um componente relevante é reconhecido no valor contábil do item correspondente, sendo baixado o valor contábil do componente substituído.

Gastos com manutenção e reparos de rotina são reconhecidos diretamente no resultado do período em que são incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que corresponde ao custo do ativo ou outro valor que substitua o custo, deduzido do valor residual estimado.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear, ao longo das vidas úteis estimadas de cada componente significativo de um item do ativo imobilizado, refletindo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício social e ajustados prospectivamente, quando aplicável.

As vidas úteis estimadas, para o período corrente e comparativo, são as seguintes:

| Descrição | Média ponderada anual |
|-----------------------------|-----------------------|
| Máquinas e equipamentos | 5,35 |
| Instalações industriais | 16,84 |
| Móveis e utensílios | 4,38 |
| Veículos | 2,95 |
| Imóveis e edifícios | 28,97 |
| Equipamentos de informática | 2,48 |
| Aeronave | 0,75 |
| Ferramentas | 5,59 |
| Animais de tração | 2,50 |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de período social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e mencionado na Nota Explicativa nº 17, será mantido até sua completa amortização, por depreciação integral ou alienação dos bens.

k) Arrendamentos

A Companhia avalia, no início de cada contrato, se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é considerado arrendamento quando envolve simultaneamente:

- a existência de um ativo identificável; e
- o direito de controlar o uso do ativo durante o período do contrato.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Mensuração inicial

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento não efetuados na data de início, descontados pela:

- taxa de juros implícita no contrato, quando determinável; ou
- taxa incremental de financiamento da Companhia, quando a taxa implícita não puder ser prontamente determinada.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo, o qual compreende:

- o valor inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos efetuados antes ou na data de início do contrato;
- benfeitorias ou custos diretamente atribuíveis incorridos antes da data de início, quando aplicável.

Mensuração subsequente

O ativo de direito de uso é mensurado subsequentemente ao custo, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear, desde a data de início do arrendamento até o término do prazo contratual ou da vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado pelo custo amortizado, sendo acrescido dos encargos financeiros e reduzido pelos pagamentos efetuados ao longo do prazo do arrendamento.

Os encargos financeiros são reconhecidos no resultado ao longo do prazo do contrato, de forma a refletir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Remensuração por índices inflacionários

Quando os contratos de arrendamento preveem pagamentos variáveis vinculados a índices inflacionários, tais como o IPCA, o passivo de arrendamento é remensurado quando ocorre alteração nos fluxos de pagamentos decorrente da atualização desses índices, conforme estabelecido contratualmente.

A remensuração do passivo de arrendamento decorrente de alterações em índices ou taxas é reconhecida com ajuste correspondente ao ativo de direito de uso.

Na ausência do índice originalmente pactuado, quando aplicável, a atualização dos pagamentos é realizada com base em índice substituto previsto contratualmente.

l) Intangível

i) Ativos intangíveis

Os ativos adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de

produtos, são reconhecidos no resultado do período.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do seu valor recuperável.

ii) Software

As licenças de programas de computador (software) e sistemas de gestão empresarial adquiridos são registradas ao custo de aquisição e amortizadas pelo método linear, ao longo de suas vidas úteis estimadas.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando resultam em melhorias ou aumento dos benefícios econômicos futuros do software. Os gastos com manutenção, suporte técnico e atualizações rotineiras são reconhecidos como despesa quando incorridos.

m) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

A Companhia reconhece perdas esperadas com crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo contas a receber de clientes e outros recebíveis.

As perdas por redução ao valor recuperável são mensuradas com base no modelo de perdas de crédito esperadas, considerando a probabilidade de inadimplência, o prazo estimado de recuperação e a expectativa de perdas ao longo da vida dos ativos financeiros.

Na avaliação das perdas esperadas, a Companhia utiliza informações históricas de inadimplência, ajustadas por informações prospectivas e pelo julgamento da Administração quanto às condições econômicas atuais e futuras que possam afetar a capacidade de pagamento dos devedores.

As perdas estimadas são reconhecidas no resultado do período por meio da constituição de provisão para perdas esperadas, apresentada como conta redutora dos respectivos ativos financeiros.

Quando há evidência de recuperação de valores anteriormente provisionados, os valores são revertidos no resultado do período.

Na data-base das informações contábeis, a Administração avaliou a recuperabilidade dos ativos financeiros e constituiu provisão para perdas esperadas com crédito, em montante considerado adequado para cobrir eventuais perdas estimadas, com base nas análises realizadas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não a propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferido são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinido ou ativo intangível em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado diminuída ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n) Capital social

Ações ordinárias

As ações ordinárias emitidas pela Companhia são classificadas como instrumentos patrimoniais e registradas no patrimônio líquido pelo valor dos recursos recebidos. Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários aplicáveis.

o) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo e longo prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo e longo prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como custos e despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo e longo prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

p) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, ou se a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Reconhecimento da receita de vendas

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

r) Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com Imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

t) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

u) Aspectos ambientais e de governança

As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais e agrícolas estão sujeitas à legislação e regulamentações ambientais aplicáveis. Nesse contexto, a Companhia adota políticas, procedimentos operacionais e controles internos voltados à mitigação de riscos ambientais, incluindo investimentos contínuos em equipamentos de controle de poluição e sistemas de gestão ambiental.

Com base na avaliação da Administração e de seus assessores legais, não é requerida, na data-base destas demonstrações financeiras, provisão para perdas relacionadas a contingências ambientais, considerando a legislação vigente e o estágio atual dos processos e obrigações aplicáveis.

No âmbito de sua estratégia de sustentabilidade e transição energética, a Companhia realizou, no segundo trimestre de 2023, a contratação de fornecimento de energia elétrica proveniente de fontes 100% renováveis, assegurando o atendimento integral de seu consumo para o período de 2025 a 2027. Essa iniciativa está alinhada às metas de redução de emissões de gases de efeito estufa estabelecidas em seu relatório de sustentabilidade de 2023. A contratação foi intermediada pela Santander Corretora de Seguros.

Adicionalmente, em julho de 2023, a Companhia formalizou sua adesão ao Protocolo Voluntário do Cerrado, iniciativa desenvolvida pelas organizações Proforest e Imaflora, com o objetivo de fortalecer práticas de monitoramento socioambiental e promover cadeias de fornecimento responsáveis de produtos de origem bovina no bioma Cerrado.

Conformidade socioambiental e acesso a crédito

A Companhia observa os critérios estabelecidos pela SARB- Sistema de Autorregularão Bancária, emitida pela Febraban, aplicável ao processo de concessão e monitoramento de crédito ao setor de pecuária bovina na Amazônia Legal.

Para atendimento a esses requisitos, a Companhia mantém procedimentos e controles voltados à gestão de riscos socioambientais em sua cadeia de fornecimento, incluindo:

- verificação da regularidade ambiental e fundiária de fornecedores diretos;
- monitoramento de sobreposição com áreas embargadas, unidades de conservação e terras indígenas;
- observância de listas restritivas aplicáveis, incluindo trabalho análogo ao escravo;
- utilização de ferramentas de rastreabilidade e monitoramento geoespacial.

A Administração entende que, na data-base destas demonstrações financeiras, a Companhia encontra-se substancialmente aderente aos critérios aplicáveis da SARB 26.

Compromissos socioambientais – TAC da Pecuária do Pará

A Companhia é signatária do TAC da Pecuária do Pará, firmado com o Ministério Público Federal, que estabelece critérios para aquisição responsável de gado na Amazônia, incluindo:

- não aquisição de fornecedores com desmatamento ilegal;
- não aquisição de áreas embargadas por órgãos ambientais;
- não aquisição de propriedades inseridas em terras indígenas ou unidades de conservação;
- bloqueio de fornecedores incluídos em listas de trabalho análogo ao escravo.

O cumprimento desses critérios é periodicamente auditado por terceira parte independente, com validação pelo Ministério Público Federal. A Companhia mantém processos estruturados para monitoramento contínuo e tratamento de eventuais não conformidades.

Política de desmatamento zero e alinhamento internacional (AFI/DCF)

A Companhia adota política de Desmatamento Zero (DCF – Deforestation and Conversion Free), alinhada às diretrizes da Accountability Framework Initiative, que estabelece compromissos para eliminação de desmatamento e conversão de ecossistemas naturais na cadeia de fornecimento.

Essa política contempla, entre outros aspectos:

- proibição de aquisição de animais oriundos de áreas com desmatamento após 22 de julho de 2008 (Código Florestal brasileiro) e alinhamento com compromissos internacionais com corte em 31 de dezembro de 2020;
- vedação à conversão de ecossistemas naturais, conforme definição da AFI;
- expansão contínua da rastreabilidade e monitoramento de fornecedores diretos e indiretos.

Regulamentação internacional – EUDR

A Companhia acompanha e se prepara para atendimento aos requisitos do EUDR, regulamentação da União Europeia que estabelece critérios para comercialização de produtos livres de desmatamento no mercado europeu.

Nesse contexto, a Companhia vem aprimorando seus processos de rastreabilidade, diligência e governança de dados, com o objetivo de assegurar conformidade com os requisitos aplicáveis, incluindo:

- geolocalização de propriedades fornecedoras;
- avaliação de risco de desmatamento;
- manutenção de registros e evidências auditáveis para exportação.

Transparência e monitoramento contínuo

Como parte de seu compromisso com transparência, a Companhia divulga, de forma recorrente, informações relacionadas à sua cadeia de fornecimento. Em março de 2025, pelo segundo ano consecutivo, foi publicado em seu website o relatório de compras de animais destinados ao abate, em linha com as diretrizes da SARB 26.

A Companhia mantém monitoramento contínuo de seus processos e controles, com o objetivo de assegurar:

- conformidade regulatória;
- elegibilidade de suas operações de crédito;
- alinhamento às melhores práticas de governança e sustentabilidade nacionais e internacionais.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas contábeis e divulgações da Companhia requerem a determinação do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Os valores justos são determinados para fins de mensuração e/ou divulgação, com base nos métodos descritos a seguir. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas relacionadas a cada ativo ou passivo.

• Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa aproximam-se de seus valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos e da elevada liquidez, não sendo esperadas diferenças relevantes entre os valores contábeis e os valores justos.

• Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, mútuos financeiros entre partes relacionadas e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia

O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados utilizando taxas de juros de mercado vigentes na data-base das informações contábeis.

A Companhia optou por não divulgar os respectivos valores justos, tendo em vista que os valores contábeis não apresentam diferenças relevantes em relação aos valores justos estimados.

• Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Para fins de divulgação, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados utilizando taxas de juros de mercado vigentes na data-base das informações contábeis.

A Companhia optou por não divulgar os valores justos estimados, considerando que os valores contábeis não apresentam diferenças relevantes em relação aos valores justos.

Para arrendamentos, quando aplicável, a taxa de desconto utilizada é determinada com base em taxas observáveis para contratos semelhantes.

5. Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Em junho de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do capítulo décimo primeiro da política vigente, a revisão da política de gestão de risco de crédito, mercado e liquidez da Companhia.

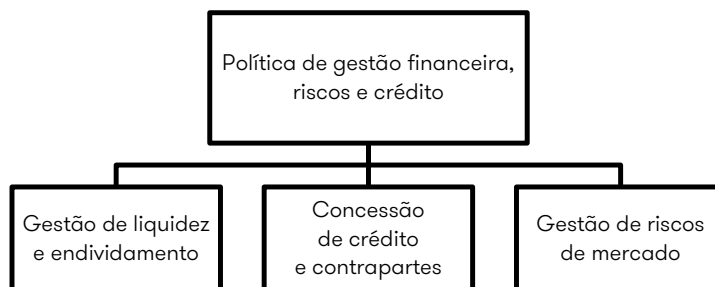
A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros ou de suas atividades operacionais:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas informações contábeis.

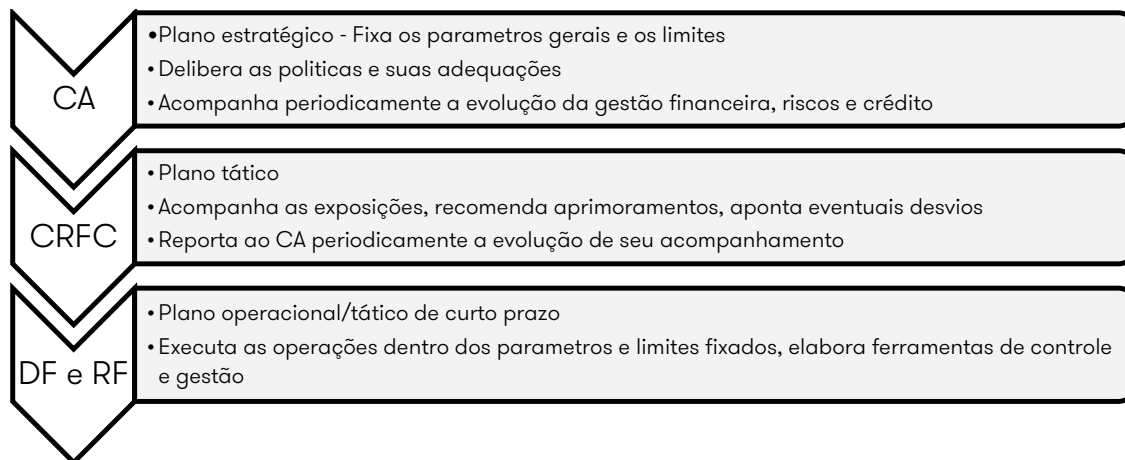
Estrutura da política



Objetivo

Estabelecer Políticas com critérios sólidos, limites de atuação e decisões que envolvam a gestão: **(i)** de caixa, liquidez e endividamento; **(ii)** concessão de crédito e contrapartes; e **(iii)** das exposições aos riscos de mercado.

Governança e atribuições



5.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber e outros créditos

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

Entretanto, a administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais. Não existem operações concentradas de venda com um único cliente superior a 10%.

A administração estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega a serem oferecidos.

Os clientes aprovados são monitorados em plataformas de proteção ao crédito pelo período de três meses, sendo este o mesmo prazo de validade do cadastro. Caso sejam identificadas restrições relevantes frente ao limite de crédito aprovado, é realizada a suspensão preventiva do fornecimento, até que o restritivo seja cancelado ou tenha seu teor anulado por documentos anuentes a serem analisados pela equipe interna.

A análise da administração inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Não são adotados limites genéricos de acordo com o segmento de mercado do cliente, como praticado por algumas empresas. Os valores a serem liberados para faturamento são determinados em consequência de uma série de análises. Além das características gerais do negócio são avaliadas também peculiaridades de cada pessoa jurídica sujeita ao processo de avaliação dentre as quais podem ser destacadas:

- Segmento de mercado;
- Mercado interno e mercado externo;
- Histórico de inadimplência;
- Capital social; e
- Tempo de fundação da Companhia.

Os fatores acima mencionados, além de outros essencialmente subjetivos (contexto econômico, variáveis regionais, sazonalidade de vendas etc.), servirão como base para a determinação do crédito a ser concedido, bem como a manutenção do risco no decorrer do tempo.

Atrasos constantes, restrições de crédito em nome da Companhia ou dos respectivos sócios, excesso de devoluções entre outros, poderão incorrer no bloqueio do cadastro, nestes casos o cliente apenas poderá realizar novas compras mediante pagamento antecipado através de depósito em conta corrente.

Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia somente poderão operar em base de pagamento antecipado. A concentração de risco de crédito das contas a receber é minimizada devido a pulverização da carteira de clientes. A Companhia não exige garantia para as vendas a prazo.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação as contas a receber de clientes e outros créditos, conforme estabelece a Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito, Mercado e Liquidez, capítulo 9, item “J” provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) critérios de reconhecimento e em conformidade com as políticas do comitê de pronunciamentos contábeis CPC 48.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como objetivo minimizar os impactos decorrentes de eventos que possam comprometer a capacidade da Companhia de honrar seus compromissos financeiros nas datas de vencimento.

Os riscos relacionados à liquidez estão detalhados na Nota Explicativa nº 34.

A gestão da liquidez busca assegurar a manutenção de recursos financeiros em volume compatível com os ciclos operacionais e sazonalidades do negócio, além de estabelecer diretrizes quanto às classes de ativos e contrapartes financeiras aceitáveis para a realização de investimentos financeiros pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia monitora periodicamente seu nível de alavancagem financeira, mensurado pela relação entre dívida líquida e EBITDA, a qual deve ser mantida em níveis inferiores a 2,0 vezes o EBITDA, considerando o acumulado dos últimos 12 meses, conforme estabelecido em sua política financeira.

Segue histórico do índice de alavancagem nos últimos trimestres:

| Mês/ano | EBITDA 12M | Dívida líquida | Alavancagem |
|------------------|------------|----------------|-------------|
| Junho de 2025 | 274,6.574 | 418,0417.950 | 1,52x |
| Setembro de 2025 | 334,1.765 | 390,9.916 | 1,17x |
| Dezembro de 2025 | 323,9.912 | 370,0369.978 | 1,14x |
| Março de 2026 | 347.438 | 576.985 | 1,66x |

5.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como risco de moeda, taxas de juros e preços de commodities, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

Dado que a Companhia tem como moeda funcional o Real, todos os controles e atuação da Diretoria Executiva tem como objetivo principal a preservação do fluxo de caixa na referida moeda, observando a convergência da gestão integrada de todos os demais fatores de risco, ou seja, monitorar de forma sistêmica as exposições da companhia.

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda, em geral o dólar americano (USD), nas vendas e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

A Companhia mantém política de proteção cambial sobre as exposições das receitas de vendas ao mercado externo, que representam 46,02% das vendas brutas.

A companhia possui política específica para suas exposições em derivativos para proteção das variações no câmbio que possam acarretar oscilações em seus resultados, conforme tabela a seguir:

Tabela de proteção

| Meses | Limite de proteção cambial | |
|-------|----------------------------|--------------------|
| | Mínimo | Máximo |
| M | 80% | Carteira de vendas |
| M+1 | 80% | Carteira de vendas |
| M+2 | 70% | Carteira de vendas |
| M+3 | 60% | Carteira de vendas |

Proteção cambiais acima de 03 meses após o mês atual de exposição, bem como proteção maiores ou menores que os percentuais supramencionados, poderão ser realizadas desde que previamente avaliadas pelo comitê de riscos, finanças e conformidade.

Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa SOFR, CDI e TR, além de eventuais transações com posições pré-fixadas em relação a algum dos indexadores acima mencionados que poderão ocasionar perdas não realizadas e/ou realizadas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado).

Quanto às aplicações financeiras da Companhia, o indexador é o CDI para operações no mercado interno. Ocorrendo elevação do CDI, os resultados tornam-se favoráveis, enquanto na ocorrência de sua queda, os resultados tornam-se desfavoráveis.

A Política instituída para a Companhia, determinou dois pontos específicos sobre as disponibilidades de caixa destinados a aplicação, conforme segue:

- São considerados bancos de primeira linha, àqueles que tenham ratings públicos emitidos pelas principais agências de Classificação de Risco (S&P, Fitch, Moody's), e com classificação mínima BB-. Até 5% dos ativos do caixa poderão estar em depósitos ou investimentos em contrapartes diferentes dos bancos de primeira linha;
- Não será permitida concentração superior a 25% da disponibilidade financeira em uma única instituição financeira, exceto se autorizado pelo Conselho de Administração.

Risco com commodities

No curso normal de suas operações, a Companhia adquire commodities, principalmente bovinos vivos, que representam o maior componente individual de seus custos de produção. Os preços dos bovinos adquiridos de terceiros estão sujeitos às condições de mercado e são influenciados, entre outros fatores, pela disponibilidade interna e pelos níveis de demanda nos mercados nacional e internacional.

A gestão dos riscos associados às flutuações do preço da arroba do boi, principal insumo da Companhia, contempla exposições vendidas e exposições compradas em commodities, as quais são mapeadas mensalmente e reportadas ao CRFC, em conformidade com as diretrizes corporativas estabelecidas.

Exposição Vendida em Commodities

A Companhia possui exposição vendida ao preço da arroba bovina em função de sua operação, considerando a necessidade recorrente de compra de gado para abate em suas unidades. Essa exposição decorre da variação do preço dos bovinos adquiridos de terceiros, os quais estão sujeitos às condições de mercado.

As exposições vendidas são mapeadas mensalmente e reportadas ao CRFC. Os níveis de proteção observam limites mínimos e máximos definidos para o mês corrente e para os meses subsequentes, conforme tabela a seguir:

| Limite de proteção commodities (vendido) | | |
|--|--------|------------------|
| Mês | Mínimo | Máximo |
| Atual | 50% | Carteira Vendida |
| M+1 | 50% | Carteira Vendida |
| M+2 | 40% | Carteira Vendida |
| M+3 | 30% | Carteira Vendida |

Proteções de commodities com prazo superior a três meses após o mês corrente de exposição, bem como níveis de proteção acima ou abaixo dos percentuais estabelecidos, poderão ser praticados desde que previamente avaliados e aprovados pelo CRFC.

Exposição Comprada em Commodities

A Companhia possui exposição comprada ao preço da arroba bovina, nas seguintes situações:

- i)** Aquisição de animais para entrega futura, nas quais o preço do boi é previamente fixado entre a Companhia e o pecuarista, permanecendo a Companhia exposta à variação futura do preço até o momento da entrega.
- ii)** Aquisição de garrotes próprios ou oriundos de parcerias para engorda em confinamento, na qual a Companhia está exposta à variação do preço futuro do boi gordo no momento da saída do confinamento.

Em ambas as situações, a Companhia permanece exposta à variação futura do preço do boi até o momento da entrega dos animais ou da saída do confinamento. Essas exposições são mapeadas mensalmente e reportadas ao CRFC. Como diretriz geral, 100% dos animais adquiridos para entrega futura devem ser protegidos no ato da contratação da transação de compra. Adicionalmente, exposições decorrentes de confinamento de animais próprios ou de parcerias devem ter suas respectivas exposições apuradas, sendo o saldo exposto integralmente protegido.

Em função de aspectos operacionais, como a definição da escala de abate, é admitida flexibilidade quanto ao momento da liquidação das posições no mês de vencimento. Proteções de commodities realizadas em percentuais inferiores a 100% das exposições compradas, bem como operações que excedam os limites operacionais estabelecidos, devem ser previamente analisadas pelo CRFC e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as alçadas definidas.

Outros riscos de mercado

Adicionalmente aos tipos de Hedge mencionados e previstos em política, caso sejam identificadas outras exposições a riscos de mercado, estas deverão ser apuradas e reportadas ao CRFC sendo que eventuais estratégias de mitigação de risco poderão ser submetidas à análise do CRFC e CA e executadas mediante deliberação e aprovação exclusiva do CA.

Instrumentos de proteção de risco de mercado

Com objetivo de mitigação dos riscos de mercado resultantes das transações financeiras e operacionais, ficam aprovados os seguintes instrumentos:

- i)** Contratos futuros;
- ii)** Contratos a termo (NDF);
- iii)** Swaps (bolsa e/ou balcão);
- iv)** Compras e vendas de opções de compra (CALL) e venda (PUTS) sem alavancagem (ZCC).
- v)** Critério de seleção de operações e contrapartes;
- vi)** Operações preferencialmente realizadas em mercado organizado (bolsa de valores);
- vii)** Operações de balcão apenas com as contrapartes previamente aprovadas;
- viii)** Operações com corretoras devem ser realizadas exclusivamente com àquelas que sejam vinculadas ou controladas por bancos e conseqüentemente sujeito ao limite de classificação previsto nesta política; e
- ix)** Operações de venda (PUT options) são proibidas.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da administração é gerenciar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Diretoria Executiva. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Gestão de capital

A avaliação de risco para gestão de capital tem como objetivo principal garantir a continuidade da operação da Companhia de forma satisfatória, com estrutura capaz de gerar valor aos acionistas com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A principal ação sobre essa gestão decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

6. Adoção dos novos requisitos, normas, alterações e interpretações

Os novos requisitos, normas, alterações e interpretações que entraram em vigor para o exercício iniciados em 1º de janeiro de 2026, foram:

- **Alterações no CPC 48 e CPC 40:** Classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros: constitui devem ser classificados e mensurados os ativos e passivos financeiros; além de clarificar como as receitas relacionadas a esses instrumentos devem ser reconhecidas. A adoção está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada.

A Companhia monitora as alterações de normas contábeis e regulatórias emitidas, bem como normas e legislações tributárias, que possam afetar suas demonstrações contábeis em períodos futuros. No trimestre findo em 31 de março de 2026, a Administração avaliou as alterações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026 e, até o momento, não identificou impactos materiais nas informações financeiras.

Normas e alterações emitidas e ainda não efetivas

As seguintes normas e alterações foram emitidas, mas ainda não estão em vigor para o período findo em 31 de março de 2026

- **CPC 51- Apresentação e Divulgação das Informações Contábeis:** Nova norma que define nova estrutura para apresentação da Demonstração do resultado, com foco na divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração como parte das informações contábeis e novos princípios de agregação e desagregação de saldos a fim de padronizar e facilitar a comparabilidade e confronto com outros demonstrativos. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que outras normas que ainda não estão em vigor, além do CPC 51, tenham impacto significativo sobre suas informações contábeis.

7. Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|------------------------|----------------|----------------|
| Caixa | 8 | 8 |
| Saldos bancários | 41.448 | 74.859 |
| Aplicações financeiras | 373.899 | 248.759 |
| Total | 415.355 | 323.626 |

Aplicações financeiras

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|---|----------------|----------------|
| Aplicações financeiras em moeda nacional | | |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB) | 373.899 | 248.759 |
| Total | 373.899 | 248.759 |

O saldo de caixa e equivalentes apresentou variação positiva de caixa no valor de R\$ 91,7 milhões ao final do primeiro trimestre de 2026 em comparação com o encerramento de exercício de 2025.

O incremento de caixa teve como principal fator, a IV Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), no montante total de R\$ 250 milhões, estruturada em três séries. Trata-se da maior operação de captação já realizada pela Companhia no mercado de capitais, reforçando sua estratégia de diversificação das fontes de funding e alongamento do perfil de endividamento, conforme detalhado na Nota Explicativa no 34.

Os recursos captados têm como principal objetivo, o refinanciamento de obrigações financeiras de curto prazo, contribuindo para a melhoria da liquidez e da estrutura de capital da empresa, além do reforço do capital de giro necessário para suportar o crescimento operacional decorrente da expansão das plantas de Rondônia.

Sob a ótica operacional, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, evidencia consumo de caixa de aproximadamente R\$ 179 milhões, concentrado principalmente na necessidade adicional de capital de giro característica do período e no início da operação das plantas de industrialização localizadas no estado de Rondônia conforme mencionado.

O principal fator de impacto no capital de giro decorre da liquidação de lotes de gado adquiridos a prazo ao longo do último trimestre de 2025, o que resultou em redução de aproximadamente R\$ 60 milhões no saldo de fornecedores de matéria-prima no fechamento do 1T26. Esse movimento possui característica predominantemente sazonal e recorrente no ciclo operacional da Companhia, em linha com a dinâmica de compra e abate observada historicamente, conforme detalhado na Nota Explicativa no 19.

Adicionalmente, o início das operações das novas unidades em Rondônia demandou reforço relevante de capital de giro, especialmente em função da formação da base operacional inicial dessas plantas. Esse movimento se refletiu no aumento de contas a receber, com variação de R\$ 99 milhões, bem como no crescimento dos estoques em R\$ 46 milhões, compatíveis com a expansão do volume de abates e estoque de produtos acabados.

Em contrapartida, observou-se efeito parcialmente compensatório no fluxo de caixa por meio do aumento de aproximadamente R\$ 29 milhões em adiantamentos de clientes do mercado externo, refletindo a expansão da carteira de pedidos destinados à exportação em linha com o incremento de produção das novas unidades e a estratégia da empresa em ampliar a participação do mercado externo frente à receita total da empresa.

A administração entende que a posição de caixa ao final do período permanece compatível com o perfil das operações, cronograma financeiro e estratégia de crescimento da empresa.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com contrapartes de baixo risco.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos está apresentada na Nota Explicativa no 34. Os ativos financeiros da Companhia foram classificados conforme suas características e intenção em:

i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e

ii) Custo amortizado, de acordo com a tabela a seguir:

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| Mensurados pelo custo amortizado | 415.355 | 323.626 |
| Total | 415.355 | 323.626 |

8. Contas a receber de clientes

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|---|----------------|----------------|
| Clientes no país | 140.083 | 122.156 |
| Clientes no exterior | 126.082 | 44.574 |
| Clientes - Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 15) | - | - |
| Subtotal | 266.165 | 166.730 |
| (-) Provisão para Perdas Esperadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) | (13.688) | (12.550) |
| Total | 252.477 | 154.180 |

Em 31 de março de 2026, o saldo bruto de contas a receber totalizava R\$ 266.165, ante R\$ 166.730 em 31 de dezembro de 2025, representando crescimento de R\$ 99.435 no período.

A variação decorre, principalmente, de três fatores combinados:

- expansão do volume operacional no trimestre;
- início das operações adicionais em Rondônia;
- aumento da participação das vendas ao mercado externo, cujo prazo médio de recebimento é sensivelmente superior ao praticado no mercado doméstico.

O crescimento das contas a receber está aderente à estratégia comercial e ao aumento de receita observado no período, não refletindo, isoladamente, deterioração da qualidade de crédito da carteira.

A Companhia mantém política formal de crédito e cobrança, com monitoramento recorrente de limites, análise cadastral, acompanhamento de inadimplência e revisão periódica da exposição por cliente e segmento.

A Companhia, em 31 de março de 2026, não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Contas a receber por idade de vencimento

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|------------------|----------------|----------------|
| A vencer | 238.686 | 141.261 |
| Vencidas | 13.791 | 12.919 |
| Até 30 dias | 59 | 322 |
| De 31 a 60 dias | 39 | 32 |
| De 61 a 90 dias | 5 | 15 |
| Acima de 90 dias | 13.688 | 12.550 |
| Total | 252.477 | 154.180 |

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da provisão para Perdas Esperadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|------------------------|-----------------|-----------------|
| Saldos iniciais | (12.550) | (12.837) |
| Créditos revertidos | 38.475 | 159.487 |
| Créditos provisionados | (39.613) | (159.200) |
| Saldos finais | (13.688) | (12.550) |

A provisão para perdas esperadas com crédito totalizou R\$ 13.688 em 31 de março de 2026, ante R\$ 12.550 em 31 de dezembro de 2025.

A movimentação observada no período não indica alteração material no perfil de risco da carteira, permanecendo a provisão em nível considerado adequado pela Administração, com base em histórico de perdas, critérios estatísticos, informações prospectivas e avaliação individualizada de clientes relevantes, em conformidade com o CPC 48.

9. Outros créditos

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|---|---------------|---------------|
| Despesas a apropriar (a) | 26.289 | 11.679 |
| Indenizações a receber (b) | 4.737 | 4.737 |
| Crédito Banco BTG Pactual S.A. (c) | 12.571 | 41.000 |
| Seguros a apropriar (d) | 4.103 | 912 |
| Outros valores a receber | 352 | 160 |
| Total | 48.052 | 58.488 |
| Circulante | 27.253 | 50.198 |
| Não circulante | 20.799 | 8.290 |

(a) Despesas incorridas na estruturação da emissão de debêntures, Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e corretagem na contratação do Pré-Pagamento de Exportação (PPE), CCE e Nota Comercial;

(b) Valor referente ao cumprimento de sentença arbitral favorável à Companhia contra a companhia Kyon PS Trader Energia S.A. processo nº 1020446.75.2022.8.26.0506, valor R\$ 3.983, e processo 0026483-66-2009-4-03.6100 referente ação de execução contra a companhia Eletrobrás S.A., valor R\$ 754;

(c) Saldo referente ao resultado remanescente esperado sobre a alienação de créditos tributários relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrente dos créditos originados das subvenções governamentais do período de 2012 até 2020, pedidos de créditos habilitados para compensação junto à Receita Federal do Brasil sob nºs 13032.853518.2024-07 e 13032.853590.2024-26, conforme previsão de utilização dos referidos créditos vis-à-vis as condições contratuais negociadas e impostas na venda ao Banco BTG Pactual.

(d) Saldo decorrente da renovação das apólices de seguros das unidades operacionais da Companhia, abrangendo, principalmente, coberturas patrimoniais e operacionais. Os prêmios foram pagos antecipadamente e estão sendo apropriados ao resultado ao longo do prazo de vigência das respectivas apólices, em conformidade com o regime de competência.

10. Adiantamentos a fornecedores

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|---|---------------|--------------|
| Adiantamentos a fornecedores - matéria-prima (a) | 429 | 278 |
| Adiantamentos a fornecedores - serviços por contrato (b) | 10.819 | - |
| Adiantamentos a fornecedores - insumos e imobilizado (c) | 4.886 | 8.414 |
| Total | 16.134 | 8.692 |

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os adiantamentos a fornecedores referem-se a valores pagos antecipadamente pela Companhia para aquisição de matérias-primas, insumos, ativos imobilizados e serviços, conforme condições contratuais previamente estabelecidas.

Tais valores serão apropriados ao resultado ou ao custo dos estoques e/ou do ativo imobilizado quando da entrega dos bens ou da prestação dos serviços correspondentes.

Em 31 de março de 2026, o saldo apresentou aumento de R\$ 7.442 (85,6%) em relação a 31 de dezembro de 2025, decorrente principalmente de:

(a) aumento nos adiantamentos para aquisição de matérias-primas, substancialmente relacionados à compra de gado bovino para abate;

(b) reconhecimento de adiantamentos vinculados a contratos de prestação de serviços de abate por terceiros nas unidades localizadas em Ji-Paraná e Rolim de Moura, no Estado de Rondônia, destacando-se os fornecedores Frigorífico Rio Machado Indústria e Comércio de Carnes S.A., no montante de R\$ 1.799, e Distriboi Indústria, Comércio e Distribuidora de Carnes Bovinas Ltda., no montante de R\$ 9.020;

(c) redução nos adiantamentos destinados à aquisição de insumos e itens do ativo imobilizado, refletindo a execução e entrega parcial dos pedidos realizados em períodos anteriores.

A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade dos saldos de adiantamentos a fornecedores e, com base em sua análise e nas informações disponíveis até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não identificou necessidade de constituição de provisão para perdas em 31 de março de 2026.

11. Estoques e ativo biológico

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|--|-----------------|-----------------|
| Produtos acabados (a) | 149.075 | 105.491 |
| Produtos em elaboração (b) | 8.211 | - |
| Ativos biológicos (Nota Explicativa nº 11.1) | 17.410 | 29.126 |
| Almoxarifado e outros (c) | 38.071 | 36.405 |
| Provisão para a não realização (d) | (1.693) | (2.694) |
| Total | 211.074 | 168.328 |
| (-) Ativo biológico | (17.410) | (29.126) |
| Estoques | 193.664 | 139.202 |

(a) O aumento no saldo de produtos acabados decorre, principalmente, do início das operações nas unidades de Ji-Paraná e Rolim de Moura, em 9 e 16 de março de 2026, respectivamente, que totalizaram aproximadamente 7 mil cabeças abatidas no período. Esse movimento resultou em acréscimo aproximado de R\$ 40 milhões nos estoques (nas unidades e em trânsito). A produção destinada ao mercado doméstico está sendo comercializada por meio de centros de distribuição localizados no Estado de São Paulo.

Adicionalmente, a elevação do preço do boi gordo no primeiro trimestre de 2026 impactou os custos de produção, que passaram de R\$ 318,83 em dezembro de 2025 para R\$ 334,28 em março de 2026, representando um aumento de 4,8% no período.

(b) O saldo de produtos em elaboração refere-se, substancialmente, aos custos de industrialização relacionados aos abates realizados em estabelecimentos de terceiros, localizados no Estado de Rondônia.

(c) As variações nos estoques de materiais de consumo e insumos de produção, tais como embalagens, mantiveram-se relativamente estáveis no período, sem oscilações relevantes em relação ao exercício anterior.

(d) A provisão para não realização de estoques é constituída com base na estimativa do valor líquido de realização dos produtos acabados em comparação ao seu custo contábil. No exercício anterior, a recuperação dos preços no mercado interno resultou na redução do saldo da provisão.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da provisão para não realização de estoques

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|------------------------|----------------|----------------|
| Saldos iniciais | (2.694) | (3.564) |
| Revertidos | 7.587 | 34.374 |
| Provisionados | (6.586) | (33.504) |
| Saldos finais | (1.693) | (2.694) |

11.1. Ativo biológico

A Companhia possui atividade pecuária decorrente de operações de confinamento de gado, estando sujeitas a realizar a valorização de seus ativos a fim de determinar o valor justo deles, baseando-se no conceito de valor a mercado, no mínimo, durante os encerramentos do período, são reconhecidos os efeitos das valorizações diretamente no resultado.

As operações de ativos biológicos são representadas por gado bovino de confinamento de curto prazo, sendo a aquisições para abate próprio, cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos para essa avaliação.

A variação de estoque e volume de cabeças do período encerrado em 31 de março de 2026 comparado a 31 de dezembro de 2025 é parte da estratégia da Companhia para a produção do 1º trimestre de 2026 e reforça sua estratégia de confinamento para atender as demandas dos países importadores.

| | Rebanho (R\$) |
|---|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 27.261 |
| Aumento devido a aquisição | 75.008 |
| Custos operacionais | 22.322 |
| Baixa devido a transferência para abate | (99.614) |
| Mudança no valor justo | 4.149 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 29.126 |
| Aumento devido à aquisição | 7.093 |
| Custo operacionais | 4.776 |
| Baixa devido à transferência para abate | (19.375) |
| Mudança no valor justo | (4.210) |
| Saldo em 31 de março de 2026 | 17.410 |

Em 31 de março de 2026, os animais de confinamento para abate eram compostos de 3.591 cabeças (5.926 cabeças em 31 de dezembro de 2025) de bovinos em fase de engorda em pastagem própria.

12. Impostos a recuperar

A variação dos impostos a recuperar no período findo em 31 de março de 2026 resultou em aumento líquido de R\$ 5.958, refletindo, principalmente, a apropriação de créditos de ICMS, PIS e Cofins, parcialmente compensada pela redução de créditos de IRPJ e CSLL.

Tal variação está refletida no fluxo de caixa das atividades operacionais, conforme demonstrado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, elaborada pelo método indireto, como aumento líquido de ativos operacionais.

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|--|------------|------------|
| Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (a) | 179.627 | 167.357 |
| Contribuição para Seguridade Social (Cofins) (b) | 133.134 | 121.596 |
| Programa de Integração Social (PIS) (b) | 29.805 | 28.193 |
| Cofins - Exclusão do ICMS da base de cálculo (c) | 20.299 | 20.039 |
| PIS - Exclusão do ICMS da base de cálculo (c) | 4.531 | 4.471 |
| IRPJ e CSLL a recuperar (d) | 57.611 | 77.940 |
| IPI a recuperar (e) | 712 | 705 |
| Imposto de renda retido na fonte (f) | 5.600 | 5.060 |

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| INSS a recuperar (g) | 7.379 | 7.379 |
| Total | 438.698 | 432.740 |
| Circulante | 367.048 | 363.405 |
| Não circulante | 71.650 | 69.335 |

a) Os créditos de ICMS decorrem, principalmente, das operações de transferências de mercadorias oriundas das filiais localizadas nos Estados do Pará e de Rondônia para as unidades de Lençóis Paulista, os Centros de Distribuição de Bauru e Jandira, no Estado de São Paulo.

Referidos créditos são utilizados na compensação de débitos de ICMS apurados em períodos subsequentes, bem como nas aquisições de insumos, especialmente embalagens, junto a fornecedores.

A Companhia mantém contrato com uma empresa de consultoria tributária para realização dos trabalhos de auditoria e controle e levantamento dos créditos.

b) Os créditos de Cofins e Pis são provenientes de compras de matérias primas utilizadas na produção de produtos exportados ou de produtos tributados à alíquota zero.

A Companhia possui contrato de consultoria externa para validar os créditos e atender as exigências do Ato Declaratório Executivo Cofins no 25/2010, os créditos são objetos de pedidos de ressarcimento e compreende o período de outubro de 2009 a março de 2026, junto a Secretaria da Receita Federal e vem compensando os débitos da mesma natureza, bem como o imposto de renda retidos na fonte e contribuições previdenciárias;

c) A Companhia registrou a importância de R\$ 24.830 sendo R\$ 9.688 oriundo de crédito tributário e R\$ 15.142 a título de atualização monetária do referido crédito decorrente da ação de exclusão do ICMS na base de cálculo da Cofins (Processo no 0007482-71.2009.4.03.6108) e do PIS (Processo no 0007481-86.2009.4.03.6108), com julgamento finalizados em 2021;

O Supremo Tribunal Federal (STF) apreciou os embargos de declaração opostos pela União, pacificando em definitivo as questões jurídicas referentes ao julgamento do RE no 574.706, definindo que:

- os efeitos da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins deve se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até 15 de março de 2017;
- o ICMS a ser excluído da base de cálculo das Contribuições do PIS e da Cofins é o destacado nas notas fiscais.

O acórdão do julgamento do RE nº 574.706 PR, finalizado em 15 de março de 2017, estabelecia a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins por ter sido realizado sob o rito de Repercussão Geral, nos Termos do artigo 543-B da Lei nº 5.869/73, somente citado a Secretaria da Receita Federal à citada decisão, após a manifestação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme disposição do art. 19-A da Lei nº 10.522/2002.

Em 26 de março de 2024 foi expedido Ofício Requisitório de precatório nº 20240068720, relativo à parte incontroversa de crédito que a Frigol S.A., faz jus com prazo de vencimento para dezembro de 2025, valor atualizado do crédito em 31 de março de 2026 de R\$ 2.787;

d) O saldo é decorrente de créditos tributários do IRPJ e CSLL sobre as subvenções governamentais, créditos habilitados para compensação junto à Receita Federal conforme pedidos nºs 13032.853518.204-07 e 13032.853590.2024-26;

e) Em 14 de fevereiro de 2022, o processo nº 5011822-11.2020.4.03.6100 transitou em julgado com desfecho favorável a Companhia, o qual objetivava reconhecer o direito de se creditar do IPI nas aquisições de insumos isentos provenientes da Zona Franca de Manaus, em respeito aos artigos 43, parágrafo 2º, Inciso III, da Constituição Federal de 1988 e 40 do ADCT, com aplicação das alíquotas prevista na TIPI sobre o valor dos produtos adquiridos;

f) Imposto de renda retidos na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras;

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Valores decorrentes de contribuições previdenciárias e aos terceiros sobre o terço constitucional de férias desde os 05 (cinco) anos que antecederam a propositura do Mandado de Segurança nº 0006968-74.2011.4.03.6100 até a competência 07/2020 (correspondente aos pagamentos realizados até 14 de setembro de 2020, nos Termos do Recurso Extraordinário nº 1072485), no valor total de R\$ 3.173, sendo R\$ 2.121 de contribuições previdenciárias e R\$ 1.052 atualizados a taxa Selic até a data da sua provisão. Em 2025 foi depositado a importância de R\$ 4.206 relativo ao processo do INSS, Incra e Sebrae totalizando R\$ 7.379.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imposto de renda e contribuição social**i) Imposto de renda e contribuição social (diferidos)**

Impostos diferidos foram atribuídos da seguinte forma:

| | Ativo | | Passivo | | Líquido | |
|---|----------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/03/2026 | 31/12/2025 | 31/03/2026 | 31/12/2025 | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
| Diferenças temporárias ativas | | | | | | |
| Provisão Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) | 13.688 | 12.550 | - | - | 13.688 | 12.550 |
| Provisão para riscos processuais | 69.073 | 46.103 | - | - | 69.073 | 46.103 |
| Provisão para redução ao valor recuperável de estoques | 1.693 | 2.694 | - | - | 1.693 | 2.694 |
| Provisão honorários advocatícios | 226 | 226 | - | - | 226 | 226 |
| Provisão de participação no resultado | - | 11.121 | - | - | - | 11.121 |
| Prejuízo fiscal | 584.542 | 587.015 | - | - | 584.542 | 587.015 |
| Base cálculo negativa da CSLL | 584.662 | 587.135 | - | - | 584.662 | 587.135 |
| Diferenças temporárias passivas | | | | | | |
| Realização da reserva de reavaliação | - | - | (10.921) | (11.021) | (10.921) | (11.021) |
| Custo atribuído | - | - | (3.089) | (3.119) | (3.089) | (3.119) |
| Base de cálculo tributos diferidos (IRPJ) | 669.222 | 659.709 | (14.010) | (14.140) | 655.212 | 645.569 |
| Base de cálculo tributos diferidos (CSLL) | 669.342 | 659.829 | (14.010) | (14.140) | 655.332 | 645.689 |
| IRPJ - Diferidos - Diferença temporária | 167.305 | 164.927 | 3.503 | (3.535) | 163.802 | 161.392 |
| CSLL - Diferidos - Diferença temporária | 60.241 | 59.385 | 1.261 | (1.273) | 58.980 | 58.112 |
| Total dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias | 227.546 | 224.312 | 4.764 | (4.808) | 222.782 | 219.504 |

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, a movimentação dos impostos fiscais diferidos:

| | 31/12/2025 | Reconhecidos No resultado | 31/03/2026 |
|---|----------------|------------------------------|----------------|
| Ativos fiscais diferidos | | | |
| Saldos iniciais | 224.312 | - | 224.312 |
| Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) | - | 387 | 387 |
| Provisão para contingências | - | 7.809 | 7.809 |
| Provisão para redução ao valor recuperável de estoques | - | (340) | (340) |
| Provisão de participação no resultado | - | (3.781) | (3.781) |
| Prejuízo fiscal/BCN da contribuição social | - | (841) | (841) |
| Saldos finais | 224.312 | 3.234 | 227.546 |
| Passivos fiscais diferidos | | | |
| Saldos iniciais | (4.808) | - | (4.808) |
| Realização sobre a reserva de reavaliação | - | 34 | 34 |
| Custo atribuído | - | 10 | 10 |
| Saldos finais | (4.808) | 44 | (4.764) |
| Impostos fiscais diferidos líquidos | 219.504 | 3.278 | 222.782 |

| | 31/12/2024 (Representado) | Reconhecidos no resultado | 31/12/2025 |
|---|------------------------------|------------------------------|----------------|
| Ativos fiscais diferidos | | | |
| Saldos iniciais | 217.980 | - | 217.980 |
| Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) | - | (98) | (98) |
| Provisão para contingências | - | 15.269 | 15.269 |
| Provisão para redução ao valor recuperável de estoques | - | (296) | (296) |
| Provisão de participação no resultado | - | 2.030 | 2.030 |
| Prejuízo fiscal/BCN da contribuição social | - | (10.573) | (10.573) |
| Saldos finais | 217.980 | 6.332 | 224.312 |
| Passivos fiscais diferidos | | | |
| Saldos iniciais | (4.989) | - | (4.989) |
| Realização sobre a reserva de reavaliação | - | 133 | 133 |
| Custo atribuído | - | 48 | 48 |
| Saldos finais | (4.989) | 181 | (4.808) |
| Impostos fiscais diferidos líquidos | 212.991 | 6.513 | 219.504 |

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração, datada de 28 de fevereiro de 2025, foi deliberado sobre o tema Projeção Financeira para Apropriação do Prejuízo Fiscal dos anos 2012 a 2020 decorrente do processo que transitou em julgado a ação nº 5028609-86.2018.4.03.6100, AREsp nº 2295490/SP (2023/0034690-4). Por unanimidade, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria conforme recomendação do Comitê de Riscos Financeiro e Compliance suportada por projeção financeira de 10 anos demonstrando a capacidade de utilização dos Prejuízos Fiscais reconhecidos pelo Trânsito e Julgado do Processo.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

ii) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados com base no lucro tributável, considerando os critérios estabelecidos pela legislação tributária vigente.

Os incentivos fiscais são reconhecidos na apuração dos tributos à medida em que atendidos os requisitos legais e efetuado o pagamento dos tributos correspondentes, observadas as alíquotas aplicáveis

Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre o resultado contábil e a base de cálculo dos tributos sobre o lucro, bem como a composição do saldo provisionado, estão demonstradas a seguir:

| | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|--|----------------|-----------------|
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | 9.906 | (18.846) |
| Alíquota nominal | (34%) | (34%) |
| Expectativa de imposto de renda e contribuição social | (3.368) | 6.408 |
| Ajuste do imposto de renda e contribuição social | | |
| Adições temporárias | 62.265 | 57.551 |
| Exclusões temporárias | (63.917) | (62.944) |
| BC de cálculo antes compensação prej. fiscal e CSLL negativa | 8.244 | (24.239) |
| Compensação de prejuízo fiscal e BC negativa da contribuição social | (2.473) | - |
| BC de cálculo após compensação prej. fiscal e CSLL negativa | 5.771 | (24.239) |
| Impostos correntes antes das deduções | (1.962) | - |
| (-) Dedução de doações incentivadas | 105 | - |
| Impostos correntes | (1.857) | - |
| Alíquota efetiva de impostos | 19,11% | - |
| Saldo de prejuízo fiscal (a) | 584.542 | 675.535 |
| Saldo de BCN da contribuição social (a) | 584.662 | 675.655 |

a) A variação nos saldos de prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da contribuição social decorre, principalmente, da alteração no regime de apuração do lucro real.

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurava o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de lucro real anual estimativas mensais, com possibilidade de suspensão e redução dos pagamentos.

A partir de 2023, a Companhia passou a adotar o regime de lucro real trimestral, mantido até 31 de março de 2026.

O saldo de prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da contribuição social são compostos, substancialmente, por ajustes decorrentes de exclusões temporárias na apuração do lucro real, incluindo valores relacionados à alienação de créditos tributários originados entre 2012 e 2020, decorrentes de processos envolvendo subvenções governamentais, bem como suas respectivas atualizações pela taxa Selic.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) Revisão – Subvenções governamentais

A reserva de incentivos fiscais foi constituída com base em subvenções para investimento concedidas por governos estaduais, por meio de créditos presumidos e/ou outorgados do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Esses incentivos são concedidos com a finalidade de estimular a implantação e a expansão de empreendimentos econômicos e foram registrados em conformidade com o disposto na Seção II do Capítulo XVI, artigo 195-A da Lei nº 6.404-1976.

Adicionalmente, a Lei Complementar nº 160/2017 promoveu alterações na Lei nº 12.973/2014, estabelecendo que os incentivos fiscais de ICMS se caracterizam como subvenções para investimento, não sendo tributados pelo IRPJ e pela CSLL, desde que atendidos os requisitos previstos no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014 e no artigo 38, §2º, do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

O entendimento jurisprudencial predominante, consolidado no âmbito da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e aplicado pelos Tribunais Regionais Federais (TRFs), reconhece que os referidos incentivos fiscais não devem compor a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, desde que cumpridos os requisitos contábeis e legais aplicáveis.

No período de 1º de janeiro a 31 de março de 2026, a Companhia gerou R\$ 25.978 relativos a subvenções decorrentes de benefício fiscal de ICMS - crédito outorgado.

A Companhia não usufruiu do benefício no período em função da apuração de prejuízo fiscal, não havendo, portanto, utilização desses créditos na redução dos tributos sobre o lucro.

A seguir, apresentamos os créditos objetos de medida judicial:

| Descrição | Valor principal (R\$) | Juros Selic até 03/2026 (R\$) | Compensação até 03/2026 (R\$) | Total em 03/2026 (R\$) |
|--|-----------------------|-------------------------------|-------------------------------|------------------------|
| Saldo negativo de IRPJ/CSLL anterior ao e-social (2012 a 2020) (a) | 42.397 | 36.369 | (37.159) | 41.607 |
| Saldo negativo de IRPJ/CSLL posterior ao e-social (2012 a 2020) (a) | 23.831 | 10.766 | (34.597) | - |
| Saldo negativo de IRPJ/CSLL posterior ao e-social (2022/2023) | 41.572 | 13.921 | (39.489) | 16.004 |
| Total de saldo negativo de IRPJ/CSLL | 107.800 | 61.056 | (111.245) | 57.611 |

(a) O benefício econômico sobre o saldo negativo de IRPJ/CSLL foi objeto da venda ao Banco BTG Pactual em dezembro de 2023.

No dia 15 de outubro de 2024, transitou em julgado a ação nº 5028609-86.2018.4.03.6100, AREsp nº 2295490/SP (2023/0034690-4), referente as Subvenções na base do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A Companhia em dezembro de 2024 efetuou a contabilização dos referidos créditos fiscais, da venda destes créditos ao Banco BTG Pactual, do benefício futuro em face de valores a receber esperados do Banco BTG Pactual que tinham como gatilho o trânsito em julgado da ação, além de contabilizações ou reversão de provisões relacionadas direta ou indiretamente à ação.

14. Operações com pessoal-chave (diretoria executiva, conselho de administração)

Em conformidade com o CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas, a Companhia considera como pessoal-chave da administração os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia.

A remuneração total atribuída ao pessoal-chave da administração, reconhecida no resultado dos períodos findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025, está apresentada a seguir:

| Descrição | 2026 | % - Variação | 2025 |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | Valor (R\$) | | Valor (R\$) |
| Diretoria executiva | 5.927 | 99,99% | 2.192 |
| Conselho de administração | 1.085 | 7,32% | 993 |
| Total | 7.012 | | 3.185 |

A remuneração da Diretoria Executiva é composta por remuneração fixa e variável, incluindo salários, encargos e benefícios de curto prazo, em conformidade com o regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Adicionalmente, os membros da Diretoria Executiva participam de plano de incentivo de longo prazo (ILP), baseado em metas e indicadores de desempenho previamente estabelecidos. O reconhecimento contábil da remuneração variável observa o regime de competência, sendo registrado conforme o atingimento das condições estabelecidas em contrato.

A remuneração do Conselho de Administração corresponde, substancialmente, a honorários fixos, não estando os seus membros vinculados a contratos de trabalho com a Companhia, nem participantes de planos de benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão, exceto quando aplicável conforme legislação vigente.

A variação de 99,99% na remuneração da Diretoria Executiva, em relação ao mesmo período do exercício anterior, decorre, substancialmente, do reconhecimento de bônus por superação de metas (PS), em linha com o desempenho apurado no período.

A variação de 7,32% na remuneração do Conselho de Administração reflete reajustes aprovados em Assembleia Geral Ordinária, conforme política de remuneração vigente.

15. Partes relacionadas

Em conformidade com o CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, a Companhia possui política formal para realização de transações com partes relacionadas, a qual foi aprovada em 20 de setembro de 2022, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração.

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições consideradas pela Administração como comutativas e em bases equivalentes às praticadas com terceiros independentes.

Transações que afetaram o resultado

Durante os períodos apresentados, a Companhia realizou transações com partes relacionadas que impactaram o resultado do exercício, substancialmente registradas no custo dos produtos vendidos. Tais transações decorrem, principalmente, de contratos de arrendamento de propriedades rurais destinadas à produção de gado bovino para engorda, utilizados no curso normal das operações da Companhia.

A seguir são apresentadas as movimentações que afetaram o resultado nos períodos indicados:

| Movimentações ativas | 31/12/2025 | Débito | Crédito | 31/03/2026 |
|---|------------|-----------|-------------|------------|
| Duplicatas a receber | | | | |
| Xingu Agroindustrial de Alimentos Ltda. (a) | - | 14 | (14) | - |
| Total | - | 14 | (14) | - |

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) refere-se as operações de venda de subprodutos resultante do abate de bovinos.

| Movimentações passivas | 31/12/2025 | Débito | Crédito | 31/03/2026 |
|--|----------------|---------------|----------------|--------------|
| Fornecedores | | | | |
| Durval G. Oliveira e Outros (a) | (2.193) | 4.487 | (2.294) | - |
| Lincoln de Jesus Sousa dos Santos (b) | (769) | 769 | - | - |
| Xingu Agroindustrial de Alimentos Ltda. (c) | (5.860) | 8.737 | (3.796) | (919) |
| Total | (8.822) | 13.993 | (6.090) | (919) |

Os valores correspondentes a fornecedores têm natureza operacional conforme segue:

(a) Durval Gonzaga de Oliveira e Outros, operações decorrentes da aquisição de gado bovino para o abate na planta industrial de Lençóis Paulista-SP, cujos pagamentos são efetuados conforme negociação do preço da arroba vigente na data do abate, observando as condições praticadas no mercado;

(b) Lincoln de Jesus Sousa dos Santos, operações decorrentes da aquisição de gado bovino para abate na unidade de Água Azul do Norte - PA, cujos pagamentos são efetuados conforme negociação do preço da arroba vigente na data do abate, observando as condições praticadas no mercado.

(c) Xingu Agroindustrial de Alimentos Ltda, operações decorrentes da aquisição de gado bovino para abate na unidade de São Félix do Xingu - PA, cujos pagamentos são efetuados conforme negociação do preço da arroba vigente na data do abate, observando as condições praticadas no mercado.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Investimentos

Em 31 de março de 2026 a Companhia divulgou seu balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício conforme abaixo:

| Composição dos investimentos | % - Participação | | Patrimônio líquido | | Resultado de Equivalência patrimonial | |
|------------------------------|------------------|-------------|--------------------|-------------|---------------------------------------|--------------|
| | 31/03/2026 | 31/12/2025 | 31/03/2026 | 31/12/2025 | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
| Frigol Europe S.a. r.l. | 100% | 100% | (132) | (82) | (50) | (193) |
| Total | 100% | 100% | (132) | (82) | (50) | (193) |

Movimentação do investimento:

| Controladora | Saldos em 31/12/2025 | Aquisição de investimentos | Resultado de equivalência patrimonial | Saldos em 31/03/2026 |
|-------------------------|----------------------|----------------------------|---------------------------------------|----------------------|
| Frigol Europe S.a. r.l. | (82) | - | (50) | (132) |
| Total | (82) | - | (50) | (132) |

Em 31 de março de 2026 a Companhia divulgou seu balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício conforme abaixo:

| Controladas | Ativo | | Passivo | | Patrimônio líquido | | Resultado do exercício | |
|-------------------------|------------|------------|------------|------------|--------------------|-------------|------------------------|--------------|
| | 31/03/2026 | 31/12/2025 | 31/03/2026 | 31/12/2025 | 31/03/2026 | 31/12/2025 | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
| Frigol Europe S.a. r.l. | 104 | 111 | 183 | 193 | (79) | (82) | (50) | (193) |
| Total | 104 | 111 | 183 | 193 | (79) | (82) | (50) | (193) |

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imobilizado**Movimentação do imobilizado**

| | Terrenos | Máquinas, equipam. e instalações industriais | Móveis e utensílios | Veículos e utilitários | Imóveis e edificações | Equipam de informática | Aeronave | Benfeitorias em imóveis de terceiros | Construções em andamento | Outras imobilizações | Total |
|--|--------------|--|---------------------|------------------------|-----------------------|------------------------|-----------------|--------------------------------------|--------------------------|----------------------|------------------|
| Custo ou custo atribuído | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2026 | 8.006 | 152.758 | 5.941 | 8.721 | 185.371 | 10.957 | 18.622 | 10.216 | 34.228 | 5.611 | 440.431 |
| Adições | - | 14.583 | 184 | 362 | - | 931 | - | 240 | 875 | 1.262 | 18.437 |
| Transferência direito de uso | - | 2.042 | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.042 |
| Transferência | - | 32.131 | (21) | 246 | 148 | 278 | - | - | (31.259) | (1.523) | - |
| Alienações | - | (18) | (118) | - | - | - | - | - | (30) | - | (166) |
| Saldos em 31 de março de 2026 | 8.006 | 201.496 | 5.986 | 9.329 | 185.519 | 12.166 | 18.622 | 10.456 | 3.814 | 5.350 | 460.744 |
| Depreciação | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2026 | - | (67.415) | (2.927) | (5.517) | (24.980) | (7.952) | (16.759) | (9.429) | - | (385) | (135.364) |
| Depreciação | - | (2.814) | (119) | (318) | (1.182) | (345) | (466) | (92) | - | (16) | (5.352) |
| Transferência | - | (77) | - | - | - | - | - | - | - | 77 | - |
| Alienações | - | - | 33 | - | - | - | - | - | - | - | 33 |
| Saldos em 31 de março de 2026 | - | (70.306) | (3.013) | (5.835) | (26.162) | (8.297) | (17.225) | (9.521) | - | (324) | (140.683) |
| Valor contábil | | | | | | | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2026 | 8.006 | 85.343 | 3.014 | 3.204 | 160.391 | 3.005 | 1.863 | 787 | 34.228 | 5.226 | 305.067 |
| Saldos em 31 de março de 2026 | 8.006 | 131.190 | 2.973 | 3.494 | 159.357 | 3.869 | 1.397 | 935 | 3.814 | 5.026 | 320.061 |

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do imobilizado

| | Terrenos | Máquinas, equipam. e instalações industriais | Móveis e utensílios | Veículos e utilitários | Imóveis e edificações | Equipam de informática | Aeronave | Benfeitorias em imóveis de terceiros | Construções em andamento | Outras imobilizações | Total |
|---|--------------|---|------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|-----------------|--|-----------------------------|-------------------------|------------------|
| Custo ou custo atribuído | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2025 | 8.006 | 134.277 | 5.359 | 6.371 | 179.574 | 7.784 | 18.622 | 10.562 | 24.373 | 2.516 | 397.444 |
| Adições | - | 17.188 | 601 | 2.030 | 1.600 | 452 | - | 179 | 17.831 | 11.529 | 51.410 |
| Transferência direito de uso | - | (4.314) | - | 402 | - | 2.729 | - | - | (3.313) | (1.307) | (5.803) |
| Transferência | - | 7.308 | 70 | 168 | 4.197 | 10 | - | (3) | (4.644) | (7.106) | - |
| Alienações | - | (1.701) | (89) | (250) | - | (18) | - | (522) | (19) | (21) | (2.620) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 8.006 | 152.758 | 5.941 | 8.721 | 185.371 | 10.957 | 18.622 | 10.216 | 34.228 | 5.611 | 440.431 |
| Depreciação | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2025 | - | (60.406) | (2.502) | (4.831) | (20.421) | (6.612) | (14.897) | (9.078) | - | (216) | (118.963) |
| Depreciação | - | (8.711) | (454) | (862) | (4.559) | (1.352) | (1.862) | (382) | - | (60) | (18.242) |
| Transferência | - | 110 | - | - | - | - | - | - | - | (110) | - |
| Alienações | - | 1.592 | 29 | 176 | - | 12 | - | 31 | - | 1 | 1.841 |
| Saldos em 31 de dezembro 2025 | - | (67.415) | (2.927) | (5.517) | (24.980) | (7.952) | (16.759) | (9.429) | - | (385) | (135.364) |
| Valor contábil | | | | | | | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2025 | 8.006 | 73.871 | 2.857 | 1.540 | 159.153 | 1.172 | 3.725 | 1.484 | 24.373 | 2.300 | 278.481 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 8.006 | 85.343 | 3.014 | 3.204 | 160.391 | 3.005 | 1.863 | 787 | 34.228 | 5.226 | 305.067 |

a) Custo atribuído

Com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo imobilizado e atendimento à Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, o qual descreve o tratamento a ser considerada com relação ao registro do custo atribuído (deemed cost) do ativo imobilizado, sendo que a Companhia contratou em 2010 empresa especializada para realizar a avaliação do ativo imobilizado. O processo de avaliação teve como base a comparação dos ativos a valor de mercado em relação ao seu registro contábil.

b) Teste de redução ao valor recuperável (impairment)

A Companhia definiu que os ativos classificados no imobilizado representam uma única unidade geradora de caixa no contexto operacional de seus negócios. A Companhia entende que não há indícios de perda por *impairment* que necessitasse a realização do teste de recuperabilidade para esses ativos.

c) Ativos dados em garantia

A Companhia constituiu garantias reais no âmbito de emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), conforme detalhado a seguir:

3ª emissão de CRA

No âmbito da 3ª emissão de CRA, foram dados em garantia bens do ativo imobilizado, compreendendo imóvel industrial e respectivos itens vinculados (instalações, máquinas e equipamentos), localizados na unidade de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo. A garantia foi outorgada à Virgo Companhia de Securitização S.A. O valor contábil dos ativos vinculados à operação, na data-base das demonstrações financeiras, totaliza R\$ 69.281.

4ª emissão de CRA

Em 2026, no contexto da 4ª emissão de CRA, a Companhia igualmente constituiu garantias reais sobre bens do ativo imobilizado, incluindo imóvel industrial e respectivos itens vinculados (instalações, máquinas e equipamentos), localizado na Rodovia PA 279, Km 75 Zona Rural, na cidade de Água Azul do Norte Estado do Pará. A garantia foi outorgada à OPEA Securitizadora S.A. O valor contábil dos ativos vinculados à operação, na data-base das demonstrações financeiras, totaliza R\$ 122.275.

18. Intangível

Movimentação do intangível

| | 31/12/2025 | Adição | Amortização | 31/03/2026 |
|--------------------|--------------|------------|--------------|--------------|
| Amortizável | | | | |
| Softwares | 1.043 | 216 | (108) | 1.151 |
| Total | 1.043 | 216 | (108) | 1.151 |

| | 31/12/2024 | Adição | Amortização | 31/12/2025 |
|--------------------|------------|------------|--------------|--------------|
| Amortizável | | | | |
| Softwares | 849 | 538 | (344) | 1.043 |
| Total | 849 | 538 | (344) | 1.043 |

a) Teste para verificação de perda do valor recuperável

A Companhia entende que não há indícios de perda por *impairment* que necessitasse a realização do teste de recuperabilidade para esses ativos na data de 31 de março de 2026.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Fornecedores

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|---------------------------------|----------------|----------------|
| Nacionais | | |
| Matéria-prima (a) | 80.501 | 140.290 |
| Materiais e serviços (b) | 40.241 | 26.950 |
| Partes relacionadas (c) | 919 | 8.822 |
| Total | 121.661 | 176.062 |

(a) Matéria-prima

A redução de 43% no saldo de fornecedores de matéria-prima em 31 de março de 2026, em comparação a 31 de dezembro de 2025, decorre, principalmente, da liquidação de compras realizadas a prazo no quarto trimestre de 2025, período em que a Companhia, de forma recorrente, concentra aquisições em função de fatores sazonais de oferta e estratégia de formação de estoques.

(b) Materiais e serviços

O aumento de R\$ 13.291 no saldo de fornecedores de materiais e serviços, em relação ao encerramento de 2025, reflete, principalmente, a expansão das operações da Companhia, com destaque para o início das atividades em novas unidades no estado de Rondônia. Nesse contexto, observou-se maior volume de despesas com fretes e embalagens, que constituíram os principais vetores de crescimento da rubrica.

(c) Partes relacionadas

A redução no saldo com partes relacionadas, de R\$ 8.822 em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 919 em 31 de março de 2026, decorre, substancialmente, da liquidação de obrigações existentes no encerramento do exercício anterior, bem como da menor concentração de transações com partes relacionadas no período corrente, em linha com a dinâmica operacional da Companhia

Composição do saldo por idade de vencimento

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|------------------|----------------|----------------|
| A vencer | 119.375 | 175.349 |
| Vencidas | | |
| Até 30 dias | 1.172 | 154 |
| De 31 a 90 dias | 510 | 146 |
| Acima de 91 dias | 604 | 413 |
| Total | 121.661 | 176.062 |

20. Adiantamento de clientes

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|--------------------------|---------------|---------------|
| Clientes mercado interno | 3.250 | 4.750 |
| Clientes mercado externo | 73.625 | 43.254 |
| Total | 76.875 | 48.004 |

O saldo de adiantamentos de clientes apresentou aumento de R\$ 29 milhões no Mercado Externo, equivalente a 37% em relação ao saldo apurado em 31 de dezembro de 2025, refletindo principalmente a expansão da carteira de pedidos de exportação ao final do 1o trimestre de 2026.

Esse crescimento está associado ao aumento da demanda no mercado internacional, aliado à maior disponibilidade de produtos, decorrente das habilitações vinculadas às unidades de abate localizadas no Estado de Rondônia, o que possibilitou a ampliação da oferta para mercados já atendidos pela Companhia, bem como a abertura de novos destinos, incluindo os Estados Unidos.

O saldo de adiantamentos de clientes do Mercado Interno, por sua vez, manteve-se relativamente estável no período, indicando baixa variação no volume de operações realizadas sob a modalidade de recebimento antecipado.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Empréstimos e financiamentos e debêntures

| | Encargos e taxa de juros | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|----------------|----------------|
| Moeda nacional | | | |
| Nota comercial escritural (a) | Taxa DI + 2,40% | 175.720 | 175.728 |
| Conta garantida/CCE/CPR/CCB (b) | Taxa DI + 3,25% a.a. | 15.275 | 20.595 |
| Debêntures não conversíveis - CRA (c) | Taxa DI + 2,97% a.a. | 411.399 | 166.342 |
| Total | | 602.394 | 362.665 |
| Moeda estrangeira | | | |
| ACC | Var. US\$ + 7,33% a.a./ SOFR+3,83% a.a. | 311.343 | 243.772 |
| Secured Loan | Variação do US\$ + 7,25% a.a. | 6.371 | 7.261 |
| PPE (d) | Var. US\$ + 7,25% a.a./ SOFR+3,93% a.a. | 72.232 | 79.906 |
| Total | | 389.946 | 330.939 |
| Total empréstimos, financiamentos e debêntures | | 992.340 | 693.604 |
| Circulante | | 380.913 | 298.066 |
| Não circulante | | 611.427 | 395.538 |

As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

| Anos | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|--------------|----------------|----------------|
| 2027 | 151.881 | 185.585 |
| 2028 | 205.249 | 133.081 |
| 2029 | 117.502 | 44.708 |
| 2030 | 109.945 | 32.164 |
| 2031 | 23.241 | - |
| Acima 2031 | 3.609 | - |
| Total | 611.427 | 395.538 |

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Saldo inicial | 693.604 | 572.360 |
| Captação | 569.978 | 1.492.612 |
| Atualização juros e variação cambial | 4.664 | 63.340 |
| Pagamento de juros | (18.602) | (77.594) |
| Pagamento principal | (257.304) | (1.357.114) |
| Saldo final | 992.340 | 693.604 |

(a) Em 10 de dezembro de 2024 foi deliberado em ARCA a emissão, formalização e operacionalização da 3ª (terceira) emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, no valor de R\$ 75.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2028, amortização mensal com 24 meses de carência, juros remuneratórios de 100% da taxa DI + 2,40% ao ano, sob regulamentação da CVM nº 160 e coordenada pela Caixa Econômica Federal (Coordenador Líder).

Em 17 de março de 2025 foi deliberado em AGE a emissão, formalização e operacionalização da 4ª (quarta) emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, no valor de R\$ 100.000, com vencimento em 26 de março de 2029, amortização mensal com 24 meses de carência, juros remuneratórios de 100% da taxa DI + 2,40% ao ano, sob regulamentação da CVM nº 160 e coordenada pela Caixa Econômica Federal (Coordenador Líder).

As principais cláusulas restritivas destes papéis são as seguintes:

- **Covenant 1:** manter a dívida líquida pelo EBITDA menor ou igual a 3,00;
- **Covenant 2:** manter o EBITDA pelo resultado financeiro ajustado maior a 1,50.

Havendo a possibilidade do descumprimento em dois trimestres consecutivos ou três alternados no período de 12 meses.

Para o período findo em 31 de março de 2026, a Companhia cumpriu os limites estabelecidos.

(b) O principal contrato em vigência é com a Caixa Econômica Federal com valor em dívida de R\$ 20.153 a juros de 2,80% a.a. + Taxa DI, com vencimento final em 14 de dezembro de 2026;

(c) Em 20 de setembro de 2024 foi aprovada em AGE a 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples sob a regulamentação da CVM nº 160, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, para colocação privada no valor de R\$ 160.000 perante a Virgo Companhia de Securitização para lastro da emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) com colocação pública e garantia de alienação fiduciária da Planta de Lençóis Paulista e cessão fiduciária de recebíveis. A emissão foi realizada e liquidada em 11 de outubro de 2024. O Valor total da emissão foi de R\$ 160.000, e foram emitidas 160 mil debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais) cada. Os títulos têm prazo de seis anos com amortização trimestral, carência de 15 meses e remuneração de Taxa DI + 4,00% ao ano. A emissão foi coordenada pelo Banco Bradesco BBI (líder) e pelo Banco Safra, com rating A neutro atribuído pela agência Moody's.

As principais cláusulas restritivas destes papéis são as seguintes:

- **Covenant 1:** manter a dívida líquida pelo EBITDA menor ou igual a 3,00;
- **Covenant 2:** manter o EBITDA pelo Resultado Financeiro Ajustado maior a 1,50.

Para o período findo em 31 de março de 2026, a Companhia cumpriu os limites estabelecidos.

(d) Pré-Pagamento de Exportação (PPEs) – junto ao Banco Safra S.A. no valor em dívida de US\$ 833 com vencimento final em abril de 2027 com taxa de juros de variação cambial + 7,80% a.a.;

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- **Covenant 1:** manter a dívida líquida pelo EBITDA menor ou igual a 3;
- **Covenant 2:** manter o EBITDA pelo Resultado Financeiro Ajustado maior ou igual a 1,75.

Para o período findo em 31 de março e 2026, a Companhia cumpriu os limites estabelecidos.

Pré-Pagamento de Exportação (PPEs) – Junto ao Banco Daycoval S.A. no valor em dívida de US\$ 3.000 com vencimento final em fevereiro de 2027 com taxa de juros de SOFR+3,80% a.a.;

(e) Pré-Pagamento de Exportação (PPEs) – Junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. no valor de US\$ 3.990 com vencimento final em 29 de dezembro de 2027 com taxa de juros de 7,07% a.a.

(f) Pré-Pagamento de Exportação (PPEs) – Junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. no valor de US\$ 4.535 com vencimento final em 29 de dezembro de 2028 com taxa de juros de 7,07% a.a.

22. Direito de uso e arrendamento a pagar

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas informações contábeis de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

De acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

A Companhia possui contratos de arrendamento operacional junto às empresas relacionadas.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Seguem os contratos vigentes na data de 31 de março de 2026:

- Contrato de arrendamento operacional junto à Xingu Agroindustrial de Alimentos Ltda., com vigência até 31 de maio de 2027, da fazenda Maguari na cidade de São Felix do Xingu – PA. O cronograma do valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos até a vigência do contrato é de R\$ 12.460;
- Contrato de locação junto a empresa Grid Geradores e Locação Ltda., com vigência até 15 de abril de 2026, referente locação de geradores de energia elétrica nas unidades Lençóis Paulista – SP, Água Azul do Norte e São Félix do Xingu ambas no Estado do Pará. O cronograma do valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos até a vigência do contrato é de R\$ 207;
- Contrato de locação junto a companhia Localiza Fleet S.A., com vigência até 27 de agosto de 2028, referente locação de veículos para atender todas as unidades do grupo. O cronograma do valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos até a vigência do contrato é de R\$ 2.438;
- Contrato de locação junto a empresa Greentech Locação Intralogística S.A., com vigência até 30 de abril de 2029, referente locação de empilhadeiras elétricas na unidade de Lençóis Paulista – SP. O cronograma do valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos até a vigência do contato é de R\$ 1.600.

Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional.

Os contratos são atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de vencimento dos contratos.

A movimentação do direito de uso, durante o período findo em 31 de março de 2026, foi a seguinte:

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|------------------------|---------------|---------------|
| Saldos iniciais | 26.409 | 24.387 |
| Adição | - | 16.742 |
| Baixa | (3.757) | (9.073) |
| Atualização | 8.705 | 950 |
| Amortização | (1.634) | (6.597) |
| Saldos finais | 29.723 | 26.409 |

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o período findo em 31 de março de 2026, foi a seguinte:

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|------------------------|---------------|---------------|
| Saldos iniciais | 26.408 | 25.380 |
| Adição | 2.187 | 16.051 |
| Atualização | 8.706 | 1.148 |
| Pagamento de principal | (4.451) | (15.857) |
| Baixa | (3.127) | (314) |
| Saldos finais | 29.723 | 26.408 |
| Circulante | 9.797 | 12.403 |
| Não circulante | 19.926 | 14.005 |

Os arrendamentos de propriedades rurais estão em linha com a estratégia da Companhia de propiciar a produção de animais próprios e de terceiros (engorda para terceiros), com melhor classificação para exportação e acabamento voltado para linhas do mercado externo.

As propriedades arrendadas ficam no Município de São Félix do Xingu – PA e se destinam ao projeto de semiconfinamento de animais para o abate.

Arrendamentos Mercantis de equipamentos operacionais diversos realizados junto ao Daycoval Leasing Banco Múltiplo S.A., em reais, na data de 31 de março de 2026 e de R\$ 12.152, com prazo total de 36 meses e com encargos médios de 19,85% a.a., com prazo total de 36 meses e com encargos médios de Taxa DI +7,76% a.a.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos Mercantis de software e equipamentos de informática realizados junto a HP Financial Services Arrendamento Mercantil S/A, em reais, na data de 31 de março de 2026 é de R\$ 866, com prazo total de 60 meses e com encargos médios de 16,04% a.a.

23. Salários e encargos sociais a pagar

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|---|---------------|---------------|
| Salários (a) | 8.367 | 8.356 |
| Encargos sociais - FGTS e INSS (b) | 5.229 | 5.643 |
| Provisão de férias e encargos (c) | 23.537 | 19.723 |
| Provisão de Plano de Participação no Resultado (PPR) (d) | - | 11.120 |
| Outros proventos e encargos (e) | 113 | 170 |
| Total | 37.246 | 45.012 |

A composição dos saldos de salários e encargos sociais a pagar e suas principais variações estão descritas a seguir:

(a) Salários

A variação decorre, principalmente, do reconhecimento das provisões mensais de salários e pró-labore, bem como dos reajustes salariais ocorridos no período.

(b) Encargos sociais – FGTS e INSS

A variação refere-se, substancialmente, à compensação e liquidação das obrigações geradas no período, bem como aos efeitos dos reajustes salariais ocorridos.

(c) Provisão de férias e encargos

O saldo refere-se às provisões de férias e respectivos encargos sociais, constituídas à razão de 1/12 avos sobre a remuneração dos empregados, conforme regime de competência. O aumento do saldo está relacionado, principalmente, à evolução normal das provisões ao longo do período.

(d) Provisão de Plano de Participação nos Resultados (PPR)

No exercício de 2026, foram pagos os valores anteriormente provisionados a título de Plano de Participação nos Resultados (PPR) e Prêmio Superação (OS), relativos ao exercício de 2025, não havendo saldo provisionado na data-base de 31 de março de 2026.

(e) Outros proventos e encargos

A variação decorre, principalmente, de pagamentos de acordos de indenização de natureza trabalhista relacionados a processos julgados, que apresentaram redução em comparação ao saldo em 31 de dezembro de 2025.

24. Impostos e contribuições a recolher

Os saldos de impostos e contribuições a recolher é apresentada a seguir:

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|---|---------------|---------------|
| ICMS a recolher (a) | 2.828 | 2.095 |
| IRPJ e CSLL corrente (b) | 1.857 | 6.881 |
| Cofins e PIS a pagar (c) | 958 | 784 |
| Parcelamento da Lei nº 12.996/14 (d) | 5.468 | 5.895 |
| Parcelamento - PERT Lei nº 13.496/17 (e) | 4.983 | 5.204 |
| Parcelamento de IRPJ/CSLL (f) | 1.318 | 1.437 |
| Parcelamento PRR Funrural Lei nº 13.606/18 (g) | 12.322 | 15.668 |
| Contribuição da produção rural (h) | 1.932 | 1.276 |
| Outros tributos e taxas (i) | 3.976 | 4.462 |
| Total | 35.642 | 43.702 |
| Circulante | 27.843 | 35.904 |
| Não circulante | 7.799 | 7.798 |

(a) ICMS a recolher

Os saldos decorrem, principalmente, das operações de venda de mercadorias e do diferencial de alíquotas incidente nas aquisições de materiais de consumo provenientes de outros Estados.

(b) IRPJ e CSLL correntes

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas na legislação vigente.

A Companhia adotou, a partir de 2024, o regime de apuração trimestral, sendo os valores apurados compensados com créditos tributários disponíveis.

(c) Cofins e PIS a pagar

Referem-se às contribuições incidentes sobre as operações próprias de vendas de mercadorias e serviços, sendo parcialmente compensadas com créditos tributários apurados na sistemática não cumulativa.

(d) Parcelamento – Lei nº 12.996/14 (Refis)

A Companhia aderiu originalmente ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis) instituído pela Lei nº 11.941/2009 e, posteriormente, à sua reabertura promovida pela Lei nº 12.996/2014.

A consolidação dos parcelamentos ocorreu conforme regulamentação das Portarias Conjuntas PGFN/RFB nº 13/2014 e nº 550/2016, abrangendo débitos nas seguintes modalidades:

- Demais débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB);
- Demais débitos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- Débitos previdenciários no âmbito da RFB;
- Débitos previdenciários no âmbito da PGFN.

A consolidação foi realizada em etapas distintas, com solicitações administrativas complementares para inclusão de débitos remanescentes e revisões de consolidação ainda em acompanhamento pela Companhia.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrativo dos parcelamentos do REFIS

| Descrição | Demais débitos | | Débitos previdenciário | | Total (R\$) |
|--|----------------|--------------|------------------------|--------------|-----------------|
| | RFB | PGFN | RFB | PGFN | |
| Valor atualizado dos débitos | 7.321 | 11.735 | 4.485 | 9.781 | 33.322 |
| (-) Reduções para pagamento em até 180 vezes | (1.111) | (3.539) | (517) | (2.740) | (7.907) |
| (=) Débitos após reduções | 6.210 | 8.196 | 3.968 | 7.041 | 25.415 |
| (-) Amortização antes da consolidação | (814) | (2.071) | (777) | (2.058) | (5.720) |
| (-) Utilização de PF e BCN da CSLL | (1.404) | (3.801) | (583) | (1.896) | (7.684) |
| (=) Saldos | 3.992 | 2.324 | 2.608 | 3.087 | 12.011 |
| (+) Juros acumulados até 03/2026 | 2.382 | 2.904 | 1.612 | 1.644 | 8.542 |
| (-) Amortização após a consolidação | (4.301) | (3.474) | (2.961) | (4.349) | (15.085) |
| Saldos em 31 de março de 2026 | 2.073 | 1.754 | 1.259 | 382 | 5.468 |

(e) Parcelamento – PERT Lei nº 13.496/17

Em 27 de setembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), com parcelamento em 145 parcelas, após desistência de parcelamento ordinário anteriormente vigente.

O parcelamento contempla débitos previdenciários, com aplicação de descontos legais sobre juros e multas, e atualização monetária pela taxa Selic.

Demonstrativo do parcelamento e pagamento PERT

| Descrição | Principal | Juros | Multa de mora | Total (R\$) |
|---|--------------|--------------|---------------|----------------|
| Dívida total | 8.275 | 2.465 | 1.655 | 12.395 |
| Entrada (5%) | (414) | (123) | (83) | (620) |
| Saldos da dívida | 7.861 | 2.342 | 1.572 | 11.775 |
| Descontos | - | 80% | 50% | - |
| Descontos (R\$) | - | (1.874) | (786) | (2.660) |
| Dívida após descontos | 7.861 | 468 | 786 | 9.115 |
| Atualização de juros Selic até março de 2026 | - | - | - | 4.194 |
| Valor parcelas pagas até março de 2026 (99/145) | - | - | - | (8.326) |
| Saldos da dívida em 31 de março de 2026 | - | - | - | 4.983 |

(f) Parcelamento – IRPJ/CSLL Lei nº 13.988/20

Em 15 de outubro de 2020, a Companhia aderiu a parcelamento junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos da Lei nº 13.988/2020 e Portaria PGFN nº 14.402/2020, com redução de encargos legais.

O parcelamento foi estruturado em até 60 parcelas, com atualização pela taxa Selic.

Demonstrativo do parcelamento e pagamento – IRPJ/CSLL Lei nº 13.988/2020:

| Descrição | Principal | Juros/multa | Honorários | Total (R\$) |
|--|--------------|--------------|------------|----------------|
| Valor da dívida | 1.609 | 3.889 | 550 | 6.048 |
| Benefícios concedidos | - | (3.065) | (324) | (3.389) |
| Saldos da dívida | 1.609 | 824 | 226 | 2.659 |
| Parcelas mensais Prestação de 01 até 12 | - | - | - | 19 |
| Parcelas mensais Prestação de 13 a 60 | - | - | - | 37 |
| Atualização de juros Selic até março de 2026 | - | - | - | 1.313 |
| Valor parcelas pagas até março de 2026 (52/60) | - | - | - | (2.654) |
| Saldos da dívida em 31 de março de 2026 | - | - | - | 1.318 |

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(g) Parcelamento – PRR Funrural Lei nº 13.606/18

Em 30 de junho de 2025, a Companhia reconheceu o saldo remanescente do parcelamento do Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), no montante de R\$ 91.034, mediante ajuste diretamente em conta de reservas de lucros, com baixa dos valores anteriormente registrados em impostos a recuperar (Nota Explicativa nº 12).

Demonstrativo do parcelamento e pagamento – PRR Funrural

| Descrição | Principal | Juros | Multas | Total (R\$) |
|---|----------------|---------------|---------------|-----------------|
| Valor da dívida | 78.358 | 30.020 | 15.672 | 124.050 |
| Valor entrada | (1.959) | (750) | (392) | (3.101) |
| Benefícios concedidos | - | (29.270) | (15.280) | (44.550) |
| Amortização PF e BCN da CSLL | - | - | - | - |
| Saldos da dívida | 76.399 | - | - | 76.399 |
| Atualização de juros Selic até março de 2026 | - | 18.995 | - | 18.995 |
| Valor parcelas pagas até março de 2026 (88/176) | (64.077) | (18.995) | - | (83.072) |
| Saldos da dívida em 31 de março de 2026 | 12.322 | - | - | 12.322 |

(h) Contribuição sobre a produção rural

Refere-se à contribuição incidente sobre a aquisição de matéria-prima de produtores rurais (gado bovino), sendo retida na data do abate e posteriormente recolhida ou compensada com créditos de Cofins e PIS mediante declaração de compensação (PER/DCOMP).

(i) Outros tributos e taxas

Compreendem tributos retidos na fonte sobre aquisições de serviços e mão de obra, tais como:

- IRRF
- PIS
- COFINS
- CSLL
- INSS
- IRRF sobre folha de pagamento

25. Indenizações cíveis a pagar

A Companhia discutia judicialmente o valor de R\$ 12.563, decorrente da baixa de contrato de adiantamento de câmbio.

Em 05 de junho de 2018, nos termos do Processo no 1010005-46.2014.8.26.0011 foi homologado acordo judicial perante a 3ª Vara Cível de São Paulo, estabelecendo o pagamento do montante total de R\$ 15.832, em 120 parcelas mensais, acrescidas de juros de 6% ao ano, atualizadas pela Taxa Referencial (TR).

O saldo remanescente da obrigação está registrado nas demonstrações contábeis e apresentado nas informações contábeis intermediárias na data de 31 de março de 2026, conforme demonstrado a seguir:

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|----------------|--------------|--------------|
| Circulante | 1.814 | 1.689 |
| Não circulante | 2.116 | 2.603 |
| Total | 3.930 | 4.292 |

26. Dividendos

Em 18 de agosto de 2022, foi aprovada, por meio de Ata de Reunião do Conselho de Administração, a Política de Distribuição de Dividendos da Frigol S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 04 de dezembro de 2025, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social, a Companhia contabilizou o valor de R\$ 18.160, referente a dividendos intermediários em favor da Acionista, correspondentes a parte do saldo existente em reservas de lucros.

Na mesma data, em conformidade com o artigo 25 do Estatuto Social, a Companhia aprovou a declaração e a distribuição de dividendos intercalares em favor da Acionista, no montante de R\$ 45.840, com base no lucro líquido do exercício em curso, apurado no balanço referente ao período findo em 30 de setembro de 2025.

Dessa forma, o montante total de dividendos aprovados perfaz o valor de R\$ 64.000. Os pagamentos à Acionista ocorrerão conforme deliberado na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de dezembro de 2025, sendo R\$ 28.000 em 2026, R\$ 18.000 em 2027 e R\$ 18.000 em 2028.

A seguir apresentamos a demonstração das provisões e pagamentos:

| | 31/03/2026 |
|--|---------------|
| (+) Saldo de dividendos a pagar 31 dezembro de 2025 | 64.000 |
| (-) Dividendos pagos no período | - |
| (=) Saldo dividendos a pagar 31 de março de 2026 | 64.000 |

| | 31/12/2025 |
|---|---------------|
| (+) Saldo de dividendos a pagar 31 de dezembro de 2024 | 19.334 |
| (+) Dividendos intercalares em 2025 | 32.647 |
| (-) Dividendos pagos no exercício | (19.334) |
| (-) Dividendos compensados no exercício | (14.487) |
| (+) Dividendos propostos em 2025 | 45.840 |
| (=) Saldo dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2025 | 64.000 |
| % em relação ao lucro líquido do exercício | 50,03% |

27. Provisões para riscos processuais e demais provisões

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária, decorrentes do curso normal de suas operações.

Os riscos de perda relacionados a esses processos são classificados pela Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, nas categorias “provável”, “possível” ou “remota”, conforme critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões registradas correspondem às perdas classificadas como prováveis, sendo mensuradas com base nas melhores estimativas da Administração, suportadas por pareceres de seus assessores jurídicos, refletindo, de forma razoável, as perdas estimadas para os processos em andamento.

A Administração da Companhia entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às perdas prováveis decorrentes de processos administrativos e judiciais em curso.

Em 31 de março de 2026, a provisão para riscos processuais totalizava R\$ 51.493 (R\$ 46.330 em 31 de dezembro de 2025), sendo composta conforme demonstrado a seguir:

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| Trabalhista (a) | 1.548 | 1.364 |
| Tributário (b) | 48.029 | 42.436 |
| Outras provisões (c) | 1.916 | 2.530 |
| Total | 51.493 | 46.330 |

(a) Processos trabalhistas

Em 31 de março de 2026, a Companhia figurava no polo passivo de reclamações trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adotando postura conservadora e com base no histórico das demandas judiciais, a Companhia constitui provisões para contingências trabalhistas a partir do recebimento das citações, sem aguardar o trânsito em julgado das decisões.

A Administração, suportada por seus assessores jurídicos, entende que o saldo provisionado de R\$ 1.548 em 31 de março de 2026 é suficiente para fazer frente às perdas estimadas.

Os principais pedidos apresentados nas reclamações trabalhistas referem-se a horas extras, diferenças salariais, adicionais de insalubridade, descaracterização de justa causa e indenizações por acidentes de trabalho.

Apesar da diversidade dos pedidos, a Administração entende que não há processos trabalhistas individuais relevantes que mereçam divulgação específica.

(b) Processos tributários

A Companhia mantém provisões relacionadas a processos tributários desde 2021, destacando-se demandas envolvendo contribuições destinadas ao Sesi e Senai.

Em 30 de junho de 2025, os consultores jurídicos emitiram parecer complementar ao parecer anteriormente emitido em 18 de fevereiro de 2025, atualizando a classificação da estimativa de perda relacionada ao aproveitamento de créditos decorrentes da exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins não cumulativos.

Em decorrência dessa reavaliação, os assessores jurídicos recomendaram a classificação da perda como provável, nos termos do item 14 do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, resultando na constituição ou atualização das provisões correspondentes.

Demonstrativo das provisões tributárias

| Nº | Autor | Objeto detalhado | Nº do processo | Valor (R\$) |
|--------------|-------|--|---------------------------|---------------|
| 1 | Sesi | Contribuições sociais destinadas Sesi | 1028566-35.2020.8.26.0100 | 12 |
| 2 | Senai | Contribuições sociais destinadas Senai | 1027249-02.2020.8.26.0100 | 20 |
| 3 | RFB | PIS e Cofins | 5003096-09.2024.4.03.6100 | 47.997 |
| Total | | | | 48.029 |

(c) Outras provisões

Referem-se a provisões relacionadas a obrigações diversas decorrentes de processos administrativos e judiciais, cuja natureza individual não é considerada relevante para divulgação segregada.

Em 31 de março de 2026, a Companhia mantinha provisionados valores relacionados, principalmente, a:

- honorários advocatícios vinculados a processos judiciais;
- despesas com exportação (detention);
- despesas com consultorias especializadas.

Essas provisões totalizavam R\$ 1.916 em 31 de março de 2026 (R\$ 2.530 em 31 de dezembro de 2025).

(d) Contingências classificadas como possíveis

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras ações judiciais e administrativas de naturezas trabalhista, tributária e cível, cujo risco de perda, conforme avaliação dos assessores jurídicos e da Administração, é classificado como possível.

Dessa forma, nenhuma provisão foi reconhecida, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O montante estimado dessas contingências totaliza:

- R\$ 6.947 em 31 de março de 2026
- R\$ 6.613 em 31 de dezembro de 2025

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d.i) Exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins

Em 30 de junho de 2025, com base em parecer jurídico complementar ao parecer emitido em 18 de fevereiro de 2025, fundamentado no Mandado de Segurança Coletivo nº 5003096-09.2024.4.03.6100, com liminar deferida aos associados da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – ABIEC, a Companhia havia deixado de provisionar o valor de R\$ 42.404, relativo à exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins não cumulativos.

Posteriormente, os consultores jurídicos reavaliaram o risco de perda como provável, recomendando a constituição da provisão correspondente, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(d.ii) Contribuições previdenciárias – Funrural

A Companhia discute judicialmente ação relacionada às contribuições previdenciárias incidentes sobre a produção rural (Funrural), no âmbito do Processo nº 0001874-82.2010.1.00.0000 (ADI nº 4.395), no valor estimado de R\$ 79.461.

Em 10 de outubro de 2018, adotando postura conservadora, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), instituído pela Lei nº 13.606/2018, conforme Protocolo nº 18186.726879/2018-95.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia constituiu provisão referente ao saldo remanescente do parcelamento do PRR Funrural, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 24.

28. Depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de suas operações.

Com base na avaliação da Administração, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos, entende-se que as provisões para riscos já registradas são suficientes para fazer face às perdas prováveis, não sendo necessária a constituição de provisões adicionais para os processos em andamento.

A Administração não identificou processos individuais relevantes que requeiram divulgação específica.

Em 31 de março de 2026, a Companhia mantinha depósitos judiciais no montante de R\$ 4.800 (R\$ 4.953 em 31 de dezembro de 2025), registrados no ativo não circulante, os quais se referem substancialmente a valores depositados para garantia de processos judiciais em andamento, conforme demonstrado a seguir:

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|--------------|--------------|--------------|
| Trabalhista | 2.560 | 2.780 |
| Cível | 2.173 | 2.173 |
| Tributária | 67 | - |
| Total | 4.800 | 4.953 |

29. Outras contas a pagar

A composição das outras contas a pagar é apresentada a seguir:

| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|---|---------------|---------------|
| Prêmio de crescimento - Incentivo de longo prazo (a) | 5.700 | 5.780 |
| Seguros a pagar (b) | 4.108 | 236 |
| Cessão de crédito (c) | 823 | 1.034 |
| Banco BTG Pactual S.A. (d) | 12.572 | 42.932 |
| Provisão para custo de industrialização (e) | 8.210 | - |
| Outros (f) | 713 | 551 |
| Total | 32.126 | 50.533 |
| Circulante | 31.532 | 49.769 |
| Não circulante | 594 | 764 |

Detalhamento das principais naturezas

(a) Prêmio de crescimento – Incentivo de longo prazo

Em 04 de janeiro de 2022, a Companhia firmou acordo de incentivo de longo prazo, denominado prêmio de crescimento, junto à Diretoria Executiva Estatutária.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo era de R\$ 5.780. Durante o período de 2026, foram efetuados pagamentos no valor de R\$ 80, remanescendo o saldo de R\$ 5.700 em 31 de março de 2026.

(b) Seguros a pagar

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresentava saldo a pagar decorrente de apólices de seguros das unidades industriais, abrangendo a cobertura de instalações, máquinas e equipamentos, imóveis, aeronave, móveis e utensílios.

(c) Cessão de crédito

Refere-se a saldo decorrente de cessão de crédito firmada com a empresa Meat Company, relacionada a tributos parcelados na modalidade Refis, nos termos da Lei nº 12.996/2014, apresentando saldo de R\$ 823 em 31 de março de 2026.

(d) Saldo com o Banco BTG Pactual S.A.

Refere-se ao saldo mantido com o Banco BTG Pactual S.A., decorrente da antecipação financeira vinculada à alienação de créditos tributários de IRPJ e CSLL, relacionados a subvenções governamentais apuradas no período de 2012 a 2020, devidamente habilitados para compensação junto à Receita Federal do Brasil.

Em contrapartida ao valor devido, foi registrado direito a receber junto ao próprio agente credor, no montante de R\$ 74.960, já deduzido o valor de R\$ 25.000 recebido em dezembro de 2023.

Os pagamentos vêm sendo realizados à medida que a Companhia efetua compensações de tributos federais. Até 31 de março de 2026, foram liquidados valores no montante de R\$ 94.020, remanescendo saldo de R\$ 12.572.

(e) Provisão para custo de industrialização

Refere-se à provisão constituída para cobertura de custos de industrialização, decorrentes da prestação de serviços de abate de gado bovino, realizados sob contrato em estabelecimentos de terceiros, localizados nas unidades de Ji-Paraná e Rolim de Moura, no Estado de Rondônia.

(f) Outros

Referem-se, principalmente, a obrigações diversas, destacando-se:

- convênio SESI/SENAI, no montante de R\$ 174;
- empréstimos consignados de funcionários, no montante de R\$ 539.

Esses valores totalizavam R\$ 713 em 31 de março de 2026.

30. Patrimônio líquido

i) Capital social

Em 31 de março de 2026, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 126.935 representado por 118.304.341 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2025, o mesmo valor e quantidade de ações).

ii) Reserva legal

A conta de reserva legal foi constituída a razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/1976 exceder 30% do capital social, não será obrigatório a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

iii) Reserva de lucro a realizar

A conta de reserva de lucro a realizar foi constituída nos termos do art. 193 a 197 da Lei nº 6.404/1976, e deliberado em Ata de Assembleia geral pelos acionistas no período encerrado em 2025 foi revertido a reserva de lucros a realizar.

iv) Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 31 de dezembro de 2010.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, baixa ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros ou prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

v) Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de ajuste de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para a conta de lucros ou prejuízos acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação, depreciação e baixa dos ativos a que elas se referem.

vi) Reserva de incentivo fiscal

A reserva de incentivos fiscais foi constituída com base em subvenções para investimentos concedidas por governos estaduais, na forma de créditos presumidos e/ou outorgados de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), os quais são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, nos termos da Seção II do Capítulo XVI, artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976.

Em 16 de outubro de 2024, ocorreu o trânsito em julgado do processo judicial que reconheceu o direito da Companhia ao tratamento tributário aplicável às referidas subvenções governamentais, conforme Certidão de Trânsito em Julgado e Termo de Baixa Definitiva emitidos pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, relacionados ao acórdão constante às folhas nº 1427 do processo AREsp nº 2.295.490/SP (2023/0034690-4).

No período encerrado em 31 de março de 2026, a Companhia acumulava o montante de R\$ 141.266 referente a subvenções governamentais classificadas como incentivos fiscais. Contudo, até essa data, não houve utilização do benefício fiscal correspondente, permanecendo os valores integralmente mantidos em reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, apresentados a seguir:

| | |
|--|---------------|
| (+) Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 92.605 |
| (-) Reversão para reservas de lucro | - |
| (=) Saldo em 31 de março de 2026 | 92.605 |

Não bastasse esse argumento para afastar os benefícios e incentivos fiscais de ICMS da tributação pelo IRPJ e pela CSLL, a Lei Complementar nº 160/2017 alterou a Lei nº 12.973/2014, a fim de deixar claro que todos os incentivos e benefícios fiscais de ICMS são subvenções para investimentos, que não são tributadas pelo IRPJ e CSLL, por força do artigo 38, parágrafo 2º, do Decreto-lei nº 1.598/1977 e do artigo 30 da Lei nº 12.973/2014.

Os Tribunais Regionais Federais vêm aplicando o entendimento firmado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça em suas decisões, prevalecendo o entendimento de que os incentivos não podem ser tributados com base na Lei Complementar nº 160/2017, devendo ser cumpridos os requisitos contábeis para a não tributação desses valores, dispostos no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014.

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir da data da sua entrega. A Companhia pode estar sujeita à cobrança adicional de tributos, multas e juros em decorrência dessas revisões.

31. Receita operacional líquida

| | % | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|---|-------------|------------------|------------------|
| Mercado interno (a) | 14,6% | 565.586 | 493.474 |
| Mercado externo (b) | (-7,9%) | 482.203 | 523.577 |
| Receita bruta | 3,0% | 1.047.789 | 1.017.051 |
| (-) Imposto sobre vendas (c) | 10,0% | (31.869) | (28.970) |
| (-) Devoluções e abatimentos (d) | 2,1% | (16.688) | (16.342) |
| Deduções da Receita Bruta | 7,2% | (48.557) | (45.312) |
| Receita líquida | 2,8% | 999.232 | 971.739 |

(a) Mercado interno

No mercado interno, houve variação positiva no 1º trimestre de 2026 quando comparado ao mesmo período de 2025, decorrente principalmente da recuperação dos preços praticados e da ampliação da base de clientes, incluindo a abertura de novos clientes e o fortalecimento de parcerias comerciais relacionadas à linha de açougue completo Frigol.

(b) Mercado externo

No mercado externo, observou-se redução da receita no 1º trimestre de 2026 quando comparado ao mesmo período de 2025, influenciada pela redução dos preços internacionais das commodities, bem como por restrições operacionais associadas à instituição de quotas de exportação pela China, que resultaram em limitação do volume exportado por exportadores brasileiros.

(c) Impostos sobre vendas

Os impostos sobre vendas apresentaram crescimento de aproximadamente 10% em relação ao 1º trimestre de 2025, principalmente em função do início das operações das unidades localizadas no Estado de Rondônia, considerando que, no período inicial de operação, tais unidades ainda não usufruíam integralmente de benefícios fiscais aplicáveis.

(d) Devoluções e abatimentos

As devoluções e abatimentos mantiveram-se em níveis estáveis no 1º trimestre de 2026 quando comparados ao mesmo período de 2025. Os estornos de receita em relação à receita operacional bruta apresentaram leve redução de 0,1 ponto percentual, passando de 1,8% no 1º trimestre de 2025 para 1,7% no 1º trimestre de 2026, mantendo-se dentro dos indicadores históricos da Companhia.

32. Custos e despesas

Apresentamos a seguir por natureza, e suas variações, classificadas por função:

| | 31/03/2026 | % ROL | 31/03/2025 | % ROL |
|-------------------------------------|------------------|----------------|------------------|----------------|
| Custo dos prod. vendidos (a) | (876.888) | (87,8%) | (876.816) | (90,2%) |
| Despesas administrativas (b) | (28.473) | (2,8%) | (26.342) | (2,7%) |
| Comercial/vendas (c) | (62.420) | (6,2%) | (64.959) | (6,7%) |
| Total | (967.781) | (96,9%) | (968.117) | (99,6%) |
| Outras despesas (d) | (8.361) | (0,8%) | (2.346) | (0,2%) |
| Equivalência patrimonial (e) | (50) | - | - | - |
| Outras receitas (f) | 3.079 | 0,3% | 2.049 | 0,2% |
| Total | (5.332) | (0,5%) | (297) | - |

(a) Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos permaneceu estável na comparação entre os períodos. No entanto, o volume de abatimentos apresentou redução de 5,3% (150 mil cabeças no 1T26 versus 159 mil no 1T25). Desconsiderando a contribuição das novas unidades em Rondônia, a redução seria de 14,2%, com impacto estimado de aproximadamente R\$ 35 milhões na linha de custos.

Adicionalmente, o custo médio do bovino abatido apresentou aumento de 6,7% no consolidado. Excluindo as novas unidades, a variação seria de 7,3%. As plantas recentemente inauguradas contribuíram para a diluição do custo médio, com custo de R\$ 307,94 por arroba, inferior aos R\$ 328,79 registrados nas demais operações (redução de 6,3%).

(b) Despesas administrativas

O aumento das despesas administrativas no período decorre, principalmente, do reconhecimento de despesas com remuneração variável (PPR e PLR), no montante aproximado de R\$ 2,1 milhões, registradas em março de 2026.

(c) Despesas comerciais

As despesas comerciais apresentaram redução na comparação com o mesmo período do exercício anterior, refletindo, principalmente, a diminuição dos custos com fretes de remoção de contêineres e outras despesas relacionadas às exportações, em função da adoção de alternativas logísticas mais eficientes.

(d) Outras despesas

A variação em outras despesas no período encerrado em 31 de março de 2026, quando comparada ao mesmo período de 2025, decorre principalmente do provisionamento de contingências tributárias no valor de R\$ 5.593, bem como de provisões de natureza trabalhista no montante de R\$ 184 e provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 1.138.

(e) Equivalência patrimonial

A Companhia reconheceu, no período findo em 31 de março de 2026, resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$ 50, decorrente principalmente do prejuízo apurado pela investida Frigol Europe, o qual impactou proporcionalmente o valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial.

(f) Outras receitas

A variação em outras receitas no período findo em 31 de março de 2026, em comparação ao mesmo período de 2025, decorre, principalmente: (i) da reversão de provisões para contingências, em função de desfechos favoráveis ou reavaliações de risco; (ii) do reconhecimento de reembolsos de seguros relacionados a sinistros ocorridos; (iii) da apropriação de créditos tributários; e (iv) de ganhos decorrentes da mensuração de ativos e passivos a valor justo.

Despesas e receitas por natureza

Apresentamos a seguir o detalhamento das principais despesas por natureza:

Custos dos produtos vendidos

| | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|---|------------------|------------------|
| Custo de estoque, matéria-prima e insumos | (828.943) | (831.423) |
| Salários, encargos e benefícios | (42.730) | (40.921) |
| Depreciação e amortização | (5.215) | (4.472) |
| Total | (876.888) | (876.816) |

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas gerais e administrativas, despesas de vendas, outras despesas e outras receitas

| | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Salários, encargos e benefícios | (23.952) | (19.802) |
| Depreciação e amortização | (1.878) | (1.937) |
| Despesa com comercialização | (16.586) | (15.543) |
| Fretes e armazenagem | (35.964) | (42.175) |
| Despesas gerais com transportes | (1.117) | (1.231) |
| Impostos e taxas | (1.162) | (873) |
| Serviços de terceiros | (4.267) | (4.453) |
| Resultado de equivalência patrimonial | (50) | - |
| Outras despesas (a) | (14.328) | (7.633) |
| Outras receitas (b) | 3.079 | 2.049 |
| Total | (96.225) | (91.598) |

Despesas gerais e administrativas, despesas de vendas, outras despesas e outras receitas**(a) Abertura do valor de outras despesas**

| | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|---|-----------------|----------------|
| Provisão de natureza trabalhista | (184) | (187) |
| Provisão de créditos de liquidação duvidosa | (1.138) | - |
| Provisão de natureza tributárias (nota explicativa 27, letra (b)) | (5.593) | - |
| Despesas de viagens e estadias | (1.017) | (665) |
| Despesas com aluguéis | (183) | (325) |
| Despesas com aluguéis - software | (833) | (797) |
| Despesas com manutenção predial | (1.111) | (918) |
| Despesas com manutenção de sistemas | (146) | (88) |
| Despesas com telecomunicações | (144) | (107) |
| Despesas com contribuições e doações | (198) | (45) |
| Despesas com higienização sanitária - CD | (525) | (464) |
| Despesas com materiais de embalagem - CD | (332) | (265) |
| Despesa conservação móveis utensílios/informática | (334) | (315) |
| Despesas com materiais de ambulatório | (55) | (149) |
| Contribuições a entidades de classe | (206) | (186) |
| Despesas com EPIs e uniformes | (117) | (84) |
| Despesas com fretes materiais de consumo | (90) | (228) |
| Perda de valor justo - Banco BTG Pactual S.A. | (1.440) | (1.300) |
| Swap de energia elétrica | - | (856) |
| Outras despesas | (682) | (654) |
| Total | (14.328) | (7.633) |

(b) Abertura do valor de outras receitas

| | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|--|--------------|--------------|
| Reversão provisão de créditos de liquidação duvidosa | - | 96 |
| Reversão provisão de despesas com consultorias | 614 | - |
| Receita de alienação de bens do ativo imobilizado | 46 | 16 |
| Bonificações recebidas | 26 | 19 |
| Ressarcimento de sinistros (seguros) | 1.143 | 503 |
| Créditos tributários | 810 | 554 |
| Ganho de ajuste a valor justo | 286 | - |
| Receita venda excedente energia elétrica | 89 | 847 |
| Outras receitas | 65 | 14 |
| Total | 3.079 | 2.049 |

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. Resultado financeiro líquido

| | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|---|-----------------|-----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendimento de aplicações financeiras | 6.400 | 2.681 |
| Descontos obtidos | 458 | 903 |
| Juros/correção monetária - Selic | 2.589 | 4.163 |
| Juros/correção monetária | 493 | 1.883 |
| Juros recebidos | 1.173 | 828 |
| Subtotal | 11.113 | 10.458 |
| Despesas financeiras | | |
| Juros com financiamentos | (19.242) | (19.741) |
| Juros com contratos de câmbio | (6.184) | (5.218) |
| Juros com arrendamentos | (707) | - |
| Despesa com antecipação de liquidação empréstimos | - | (4.545) |
| Descontos concedidos | (6.081) | (4.320) |
| Corretagem/comissão de estruturação | (1.671) | (3.342) |
| Juros/atualização parcelamentos tributários | (2.377) | (278) |
| Juros sobre aquisição gado de fornecedores | (320) | (762) |
| Outros | (1.040) | (2.228) |
| Subtotal | (37.622) | (40.434) |
| Variação cambial líquida | | |
| Ganho de variação cambial | 39.241 | 29.404 |
| Perda de variação cambial | (28.945) | (21.599) |
| Subtotal | 10.296 | 7.805 |
| Resultado financeiro líquido | (16.213) | (22.171) |

34. Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações contábeis da Companhia, conforme quadros a seguir:

| | Notas | Custo amortizado | Custo amortizado |
|------------------------------------|-------|------------------|------------------|
| | | 31/03/2026 | 31/03/2026 |
| Ativos | | | |
| Caixas e equivalentes de caixa | 7 | 415.355 | - |
| Contas a receber | 8 | - | 252.477 |
| Outros créditos | 9 | - | 48.052 |
| Passivos | | | |
| Fornecedores | 19 | - | (120.742) |
| Fornecedores - Partes relacionadas | 15/19 | - | (919) |
| Outras contas a pagar | 29 | - | (32.126) |
| Indenizações a pagar | 25 | - | (3.930) |
| Empréstimos e financiamentos | 21 | - | (992.340) |
| Total | | 415.355 | (849.528) |

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Notas | Custo amortizado | |
|------------------------------------|-------|------------------|------------------|
| | | 31/12/2025 | 31/12/2025 |
| Ativos | | | |
| Caixas e equivalentes de caixa | 7 | 323.626 | - |
| Contas a receber | 8 | - | 154.180 |
| Outros créditos | 9 | - | 58.488 |
| Passivos | | | |
| Fornecedores | 19 | - | (167.240) |
| Fornecedores - Partes relacionadas | 15/19 | - | (8.822) |
| Outras contas a pagar | 29 | - | (50.533) |
| Indenizações a pagar | 25 | - | (4.292) |
| Empréstimos e financiamentos | 21 | - | (693.604) |
| Total | | 323.626 | (711.823) |

Valor justo por meio do resultado

Os valores em aplicação financeira são atualizados pela taxa efetiva, negociados em curto prazo com instituições financeiras de primeira linha, seu reconhecimento está bem próximo ao valor justo.

Reconhecimento pelo custo amortizado

Os valores em contas a receber e demais recebíveis são classificados como custo amortizado, valores a receber de clientes são de curto prazo já deduzidos as perdas esperadas reconhecidos no resultado. O valor contábil dos empréstimos e financiamentos estão contabilizadas as taxas efetivas de juros.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível, 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

| | Notas | 2026 | | |
|--------------------------------|-------|----------------|---------|---------|
| | | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| Ativos | | | | |
| Caixas e equivalentes de caixa | 7 | 415.355 | - | - |
| Total | | 415.355 | - | - |

| | Notas | 2025 | | |
|--------------------------------|-------|----------------|---------|---------|
| | | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| Ativos | | | | |
| Caixas e equivalentes de caixa | 7 | 323.626 | - | - |
| Total | | 323.626 | - | - |

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima na data das informações contábeis foi:

| | Notas | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
|--------------------------------|-------|----------------|----------------|
| Ativos | | | |
| Caixas e equivalentes de caixa | 7 | 415.355 | 323.626 |
| Contas a receber | 8 | 252.477 | 154.180 |
| Outros créditos | 9 | 48.052 | 58.488 |
| Total | | 715.884 | 536.294 |

Risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Não é esperado que fluxos de caixa provenientes de vencimentos dos passivos financeiros tenham variações significativas dos expressos a seguir:

| | Valor contábil | 31/03/2026 | | | Mais que 05 anos |
|------------------------------------|----------------|-----------------|------------|------------|------------------|
| | | Menos de 01 ano | 01-02 anos | 02-05 anos | |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | (992.340) | (380.913) | (306.182) | (296.836) | (8.409) |
| Fornecedores e partes relacionadas | (121.661) | (121.661) | - | - | - |
| Outros | (32.126) | (31.532) | (230) | (364) | - |

| | Valor contábil | 31/12/2025 | | | Mais que 05 anos |
|------------------------------------|----------------|-----------------|------------|------------|------------------|
| | | Menos de 01 ano | 01-02 anos | 02-05 anos | |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 693.604 | 298.066 | 216.562 | 178.976 | - |
| Fornecedores e partes relacionadas | 176.062 | 176.062 | - | - | - |
| Outros | 50.533 | 49.769 | 269 | 495 | - |

Risco de taxa de juros

A diretoria entende que o risco de exposição à taxa de juros da Companhia em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, demonstrados adiante, estão de acordo com a política de gestão de risco financeiro.

O perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis era:

| | Valor contábil | |
|---|------------------|------------------|
| | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
| Instrumento com taxa variável | | |
| Ativos financeiros | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | |
| Remunerados por CDI | 373.899 | 248.759 |
| Total | 373.899 | 248.759 |
| Passivos financeiros | | |
| Empréstimos e financiamentos | | |
| Remunerado por CDI | (658.810) | (362.665) |
| Remunerado por SOFR | (68.010) | (35.539) |
| Total | (726.820) | (398.204) |
| Exposição líquida de ativos e passivos | (352.921) | (149.445) |

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1), a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de suas posições de risco apuradas em 31 de março de 2026.

Esta análise considera as expectativas da administração em relação ao cenário macroeconômico, interno e externo. No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta em 31 de março de 2026, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2025 acrescido de deterioração de 10%, e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de possível e remoto, respectivamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia relacionados a riscos relevantes são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI, Dólar e da SOFR para empréstimos e financiamentos e para aplicações financeiras o CDI.

Análise de sensibilidade da variação de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa SOFR e CDI, além de eventuais transações com posições pré-fixadas em relação a algum dos indexadores acima mencionados que poderão ocasionar perdas não realizadas e/ou realizadas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado).

O endividamento está atrelado, às taxas SOFR, TR, CDI e cupom fixo ("R\$ e USD"). Na ocorrência de alterações adversas no mercado que resulte na elevação da SOFR, TR ou CDI o custo do endividamento pós-fixado se eleva e por outro lado, o custo do endividamento pré-fixado se reduz em termos relativos.

Quanto às aplicações da Companhia, o principal indexador é o CDI para operações no mercado interno e cupom fixo ("USD") para operações no mercado externo. Visto que ocorrendo elevação do CDI, os resultados tornam-se favoráveis, enquanto na ocorrência de sua queda, os resultados tornam-se desfavoráveis.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de variação cambial

A seguir apresentamos as principais exposições ao risco de variação cambial.

| | USD | | R\$ | |
|---------------------------------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 31/03/2026 | 31/12/2025 | 31/03/2026 | 31/12/2025 |
| Operacional | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6.120 | 17.268 | 31.942 | 95.016 |
| Contas a receber de clientes | 16.883 | 8.101 | 88.121 | 44.574 |
| Subtotal | 23.003 | 25.369 | 120.063 | 139.590 |
| Financeiro | | | | |
| Adiantamento de clientes | (14.106) | (7.861) | (73.625) | (43.254) |
| Empréstimos e financiamentos | (74.711) | (52.997) | (389.947) | (291.611) |
| Subtotal | (88.817) | (60.858) | (463.572) | (334.865) |
| Total da exposição | (65.814) | (35.489) | (343.509) | (195.275) |
| Derivativos (valor nominal) | | | | |
| Non deliverable forwards (NDFs) Venda | (65.000) | (31.350) | (346.761) | (173.146) |
| Total dos derivativos | (65.000) | (31.350) | (346.761) | (173.146) |
| Exposição líquida | (130.814) | (66.839) | (690.270) | (368.421) |

Instrumentos financeiros derivativos e hedge accounting**Objetivo e estratégia de gestão de risco**

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar o risco de variação cambial decorrente de suas receitas de exportação denominadas em dólar norte-americano (USD), bem como de determinadas exposições cambiais relacionadas a passivos financeiros em moeda estrangeira.

Os instrumentos utilizados são, substancialmente, Non-Deliverable Forwards (NDF), contratados preferencialmente com instituições financeiras de 1ª linha, os quais integram a estratégia formal de hedge da Companhia.

Designação e tipo de hedge

Determinadas operações com derivativos são formalmente designadas como instrumentos de hedge, em conformidade com os requisitos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, sendo classificadas como hedge de fluxo de caixa (cash flow hedge), tendo como itens objeto de hedge as receitas altamente prováveis de exportação em moeda estrangeira.

Na data de designação do hedge, a Companhia documenta formalmente:

- a relação de hedge;
- o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco;
- o instrumento de hedge;
- o item objeto de hedge; e
- a metodologia utilizada para avaliação da efetividade do hedge.

A Companhia avalia, de forma prospectiva e retrospectiva, se a relação de hedge atende aos critérios de efetividade econômica, conforme exigido pelo CPC 48.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente na data da contratação e subsequentemente mensurados ao valor justo em cada data de balanço, conforme o CPC 48.

O valor justo é determinado com base em técnicas de avaliação que utilizam inputs observáveis de mercado, incluindo curvas de câmbio e taxas vigentes, sendo classificados como Nível 2 da hierarquia de valor justo, de acordo com o CPC 46 Mensuração do Valor Justo.

Reconhecimento dos resultados do hedge

Para os instrumentos designados como hedge de fluxo de caixa:

A parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de hedge é inicialmente reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA) e acumulada no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de hedge impacta o resultado, os valores acumulados em ORA são reclassificados para a Demonstração do Resultado, na mesma linha da receita de exportação, de forma a neutralizar o efeito da variação cambial sobre a receita.

A parcela inefetiva, quando aplicável, é reconhecida diretamente no resultado do período.

Dessa forma, os efeitos dos derivativos designados como hedge não são reconhecidos como resultado financeiro, mas ajustam a receita operacional, assegurando adequada correlação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, conforme requerido pelo CPC 48.

Divulgação e apresentação

Em atendimento aos requisitos de divulgação do CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, a Companhia divulga informações qualitativas e quantitativas que permitem aos usuários das informações contábeis intermediárias avaliar:

- a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros;
- os valores nominais dos contratos, segregados por moeda;
- os respectivos valores justos em reais (moeda funcional); e
- os efeitos dos instrumentos de hedge sobre o resultado e o patrimônio líquido.

O valor nominal representa o montante de referência dos contratos derivativos e não reflete a exposição contábil da Companhia, sendo divulgado exclusivamente para fins informativos.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Posições em aberto

As posições em aberto de instrumentos financeiros derivativos (NDF), segregadas por instituição financeira e apresentadas de forma comparativa entre os períodos findos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, encontram-se demonstradas na Tabela X.

| Instituição financeira | Instrumento | Posição | Vencimento | 2026 | 2026 | 2026 | 2025 | 2025 | 2025 |
|------------------------|-------------|---------|------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|
| | | | | Nocional (USD mil) | Valor justo (R\$ mil) | Resultado (R\$ mil) | Nocional (USD mil) | Valor justo (R\$ mil) | Resultado (R\$ mil) |
| Banco Bradesco S.A. | NDF | Vendida | abr à jun | (18.000) | (96.305) | 1.795 | (7.000) | (38.800) | 240 |
| Banco Daycoval S.A. | NDF | Vendida | abr e mai | (7.000) | (37.441) | 804 | (3.000) | (16.621) | 70 |
| C6 Bank S.A. | NDF | Vendida | abr a jun | (13.000) | (69.166) | 1.110 | (6.000) | (33.113) | 8 |
| Banco BTG Pactual S.A. | NDF | Vendida | abr e mai | (13.000) | (69.183) | 1.058 | - | - | - |
| Ouribank S.A. | NDF | Vendida | mai | (1.000) | (5.406) | 153 | - | - | - |
| XP Investimentos | NDF | Vendida | abr a jun | (13.000) | (69.260) | 950 | (15.350) | (84.612) | 209 |
| Total | | | | (65.000) | (346.761) | 5.870 | (31.350) | (173.146) | 527 |

Risco de preço de commodities e instrumentos derivativos (BGI)

Objetivo e estratégia de gestão de risco

A Companhia atua no segmento do agronegócio e, no curso normal de suas operações, está exposta às variações nos preços de commodities pecuárias, especialmente boi gordo e boi magro, no mercado interno.

O mercado de commodities apresenta elevada volatilidade, influenciada por fatores como condições climáticas, níveis de oferta e demanda, custos logísticos, políticas agropecuárias e outros fatores macroeconômicos. Em conformidade com a Política Financeira vigente, a Diretoria é responsável por identificar, monitorar e propor estratégias para mitigação das exposições aos riscos de preços de commodities.

Hedge accounting – designação e classificação

Determinadas operações com derivativos de commodities são formalmente designadas como instrumentos de hedge, nos termos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, sendo classificadas como hedge de fluxo de caixa, tendo como itens objeto de hedge compras e vendas altamente prováveis de commodities pecuárias no mercado interno.

Na data de designação, a Companhia documenta formalmente:

- a relação de hedge;
- o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco;
- o instrumento de hedge (BGI);
- o item objeto de hedge; e
- a metodologia de avaliação da efetividade econômica do *hedge*.

A efetividade do hedge é avaliada de forma prospectiva e retrospectiva, em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 48.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivativos de commodities são reconhecidos inicialmente na data da contratação e, subsequentemente, mensurados ao valor justo, conforme o CPC 48.

O valor justo é apurado com base em preços cotados em mercados ativos ou metodologias que utilizam premissas observáveis, sendo classificado como Nível 2 da hierarquia de valor justo, de acordo com o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

Reconhecimento dos resultados

Para os instrumentos designados como hedge de fluxo de caixa:

- a parcela efetiva das variações no valor justo é inicialmente reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA);
- quando a transação objeto de hedge impacta o resultado, os valores acumulados em ORA são reclassificados para a Demonstração do Resultado, na mesma linha das receitas ou dos custos operacionais relacionados à commodity objeto do *hedge*.

Eventual parcela inefetiva, quando aplicável, é reconhecida diretamente no resultado do período.

Dessa forma, os efeitos dos derivativos de commodities não são reconhecidos como resultado financeiro, mas sim como ajuste às receitas ou aos custos operacionais, assegurando adequada correlação entre o instrumento de hedge e o item protegido.

Valor nominal

O valor nominal dos contratos de derivativos de commodities representa o montante de referência utilizado para fins de cálculo das liquidações financeiras dos instrumentos e não reflete a exposição contábil, o valor justo ou o risco efetivo da Companhia. No caso dos derivativos de commodities, o valor nominal é expresso em reais, sendo divulgado exclusivamente para fins informativos e de transparência.

Divulgação

Em atendimento ao CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, a Companhia divulga informações quantitativas e qualitativas sobre os instrumentos derivativos de commodities, incluindo valores nominais, resultados reconhecidos no período e prazos de vencimento, conforme demonstrado nas tabelas correspondentes.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Instituição financeira | Instrumento | Posição | Data de vencimento | 2026 | 2026 Resultado | 2025 | 2025 Resultado |
|------------------------|-------------|---------|--------------------|--------------------|----------------------------------|--------------------|----------------------------------|
| | | | | Nocional (R\$ mil) | reconhecido no período (R\$ mil) | Nocional (R\$ mil) | reconhecido no período (R\$ mil) |
| Necton | | | jan a | | | | |
| Corretora | BGI | Vendida | mar/2026 | | | 28.906 | 989 |
| Necton | | | | | | | |
| Corretora | BGI | Vendida | abr a jul/2026 | 7.854 | (211) | - | - |
| Banco Bradesco | BGI | Vendida | abr a jul/2026 | 64.962 | (3.231) | - | - |
| Total | | | | 72.816 | (3.442) | 28.906 | 989 |

Análise de sensibilidade ao câmbio

Com objetivo de verificar a sensibilidade líquida entre ativos e passivos sujeitos à variação do dólar, a Companhia adotou três cenários para a análise, sendo um provável, apresentado, a seguir, e dois que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

Exposição em 31 de março de 2026

| Risco de câmbio Cenários e níveis de preço | Cenários | | |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Provável | Possível | Remoto |
| | 10% (5,7413 BRL/USD) | 25% (6,5243 BRL/USD) | 50% (7,8291 BRL/USD) |
| Operacional | 132.069 | 150.078 | 180.094 |
| Financeira | (509.929) | (579.465) | (695.358) |
| Derivativos | (373.187) | (424.076) | (508.892) |
| Exposição líquida | (751.047) | (853.463) | (1.024.156) |

Hedge accounting

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, e reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting*, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

35. Operações descontinuadas

| Ativo | 31/03/2026 |
|-----------------------------------|-------------------|
| Não circulante | |
| Depósito judicial | 343 |
| Outros ativos | 935 |
| Imobilizado | 11.181 |
| Total do ativo | 12.459 |
| Passivo | 31/03/2026 |
| Não circulante | |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 145 |
| Outros passivos | 25 |
| Patrimônio líquido | 12.289 |
| Total do passivo e P. L. | 12.459 |

O resultado das operações descontinuadas é apresentado de forma segregada nas informações contábeis e compreende o período de janeiro a março de 2026. Tais operações referem-se ao encerramento da atividade da unidade de Cachoeira Alta – GO, descontinuada desde 2021 e da unidade de Lençóis Paulista, abatedouro de suínos que se encontra sem operações desde 2023.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Resultado das operações descontinuadas | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|--|-------------------|-------------------|
| Despesas gerais e administrativas | (189) | - |
| Resultado financeiro | - | - |
| Resultado líquido das operações descontinuadas | (189) | - |

36. Lucro por ação da companhia

O lucro básico por ação da Companhia é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias:

| | 31/03/2026 | 31/03/2025 |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido atribuível aos acionistas | 11.138 | 1.019 |
| Média ponderada das ações | 118.304 | 118.304 |
| Lucro básico da ação da Companhia - R\$ | 0,0941 | 0,0086 |

37. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia considera a concentração e relevância dos riscos obtidos a partir de seu programa de gerenciamento de riscos.

Desta forma, as coberturas contratadas no mercado são compatíveis com seu porte e a natureza de sua atividade, em montantes entendidos como suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando ainda a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possui cobertura de seguro de imóvel, móveis e utensílios, maquinários e lucros cessantes na data de 31 de março de 2026, com apólice pelas Seguradoras HDI Global Seguros S.A., no montante total de R\$ 661.745, apólice nº 03.001.411.000343 com vigência de 26 de fevereiro de 2026 até 26 de agosto de 2027, conforme tabela adiante:

| LR | Endereço | Situação | Total |
|--------------|--|-----------------|----------------|
| 1. | Frigorífico de Bovinos - Lençóis Paulista - SP | Ativo | 184.545 |
| 2. | Frigorífico de Bovinos - São Félix do Xingu - PA | Ativo | 150.217 |
| 3. | Frigorífico de Bovinos - Água Azul do Norte - PA | Ativo | 244.396 |
| 4. | Escritório Corporativo - Lençóis Paulista - SP | Ativo | 3.766 |
| 5. | Frigorífico de Suínos - Lençóis Paulista - SP | Ativo | 11.222 |
| 6. | Graxaria Industrial - Lençóis Paulista - SP | Ativo | 15.798 |
| 7. | Centro de Distribuição - Bauru - SP | Ativo | 13.215 |
| 8. | Laboratório - Água Azul do Norte - PA | Ativo | 1.488 |
| 9. | Centro de Distribuição - Jandira-SP | Ativo | 180 |
| 10. | Fazenda Maguari - São Félix do Xingu - PA | Ativo | 16.674 |
| 11. | Fazenda Santo Expedito - Água Azul do Norte - PA | Ativo | 20.244 |
| Total | | | 661.745 |

O Centro de Distribuição Jandira-SP tem previsão contratual de apólice em responsabilidade da contratada e o seguro das mercadorias no valor total de R\$ 21.215, com cláusula beneficiária conforme endosso número 03, da Apólice nº 118 26 4074345 da companhia de seguros Porto Seguro Cia de Seguros Gerais com vigência de 20 de junho de 2024 até 20 de junho de 2026.

As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de informações contábeis, e, conseqüentemente, não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

38. Eventos subsequentes – Reforma tributária

A Emenda Constitucional nº 132/2023 introduziu mudanças relevantes no sistema tributário brasileiro, com período de transição previsto entre os anos de 2026 e 2032.

A Companhia acompanha continuamente os desdobramentos da legislação complementar e regulamentações associadas, avaliando potenciais impactos sobre suas operações, sistemas e processos.

Até a data-base das informações contábeis, não foi possível mensurar com razoável segurança os impactos financeiros decorrentes das mudanças introduzidas pela reforma tributária, em razão da necessidade de regulamentações adicionais.

A Administração continuará monitorando a evolução da legislação e adotará as medidas necessárias para assegurar a adequada adaptação às novas exigências legais.

* * *